

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 3 DE SETEMBRO DE 2014

NÚMERO 6.731

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Daniel Tozzo
Paulo França
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Eni Voltolini
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Ciro Roza
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Daniel Tozzo
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Taxista Voltolini
Ciro Roza
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Daniel Tozzo
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Eni Voltolini
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Ciro Roza
Eni Voltolini
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Paulo França
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Taxista Voltolini
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Paulo França
Taxista Voltolini
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Dado Cherem
Eni Voltolini
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 011ª Sessão Especial realizada em 05/05/2014..... 2 Ata da 012ª Sessão Especial realizada em 6/05/2014..... 7 Ata da 056ª Sessão Ordinária realizada em 29/05/2014..... 9 Ata da 011ª Sessão Solene realizada em 29/05/2014..... 17</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência 21 Atos da Presidência DL 21 Atos da Mesa 21</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissão Permanente 27 Portarias..... 27 Projetos de Decreto Legislativo..... 29 Proposta de Emenda à Constituição 29 Projetos de Lei..... 30</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 011ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2014 EM HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS - ACAFE - PELA PASSAGEM DOS SEUS 40 ANOS DE FUNDAÇÃO PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor professor Eduardo Deschamps, secretário do estado da Educação, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor Celso Maldaner, digníssimo deputado federal de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor professor Mário Cesar dos Santos, magnífico reitor da Universidade do Vale do Itajaí - Univali - e presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais, a nossa Acafe;

Excelentíssimo senhor professor Antônio Heraldo de Sousa, magnífico reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc;

Senhor professor Dilvo Ristoff, diretor de Projetos de Graduação da Secretaria de Ensino Superior do MEC;

Excelentíssimo senhor Moacir Sopelsa, deputado estadual de Santa Catarina;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em comemoração aos 40 anos de fundação da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - Acafe - foi convocada por solicitação da Mesa e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência registra e agradece a presença das seguintes autoridades:

Professor Sebastião Salésio Herdt, reitor da Universidade do Sul de Santa Catarina;

Professor Célio Simão Martignago, reitor da Unidavi - Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí;

Professor Luiz Carlos Pflieger, reitor da Uniplac, do município de Lages;

Professora Solange Sprandio da Silva, reitora da Universidade do Contestado do município de Mafra;

Professor Günther Lothar Pertschy, reitor do Centro Universitário de Brusque - Unifebe;

Professor Gildo Volpato, reitor da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc;

Professor Aristides Cinadon, reitor da Unoesc do município de Joaçaba;

Professor Elcio Willemann, reitor da Unibave do município de Orleans;

Professor Adélcio Machado dos Santos, reitor da Uniarp - Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - do município de Caçador;

Professor Alcir Teixeira, vice-reitor da Unidavi;

Professor Mauri Luiz Heerd, vice-reitor da Unisol de Palhoça;

Professor Udo Schroeder, pró-reitor de Administração da Furb;

Professor Marcos Rivail da Silva, pró-reitor de Pesquisa de Extensão da Furb;

Professora Maria José Carvalho de Souza Domingues, pró-reitora de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante da Furb;

Senhor Egon Schaden Júnior, assessor parlamentar, neste ato representando o deputado federal Esperidião Amin;

Professora Sandra Aparecida Furlan, reitora da Univille do município de Joinville;

Senhor César Luiz Pasold, presidente da Comissão de Educação Jurídica, neste ato representando o senhor Tullo Cavallazzi, presidente da OAB de Santa Catarina;

Professor Paulo Ivo Koehntopp, secretário executivo da Acafe;

Senhor Vincenzo Francesco Mastrogiacomio, presidente da Fundeste, Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste;

Senhor Genésio Teo, presidente da Fundação Unoesc;

Senhor Sérgio Roberto Arruda, diretor regional do Senai;

Professor Ailton Nazareno Soares, presidente da Fundação Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina - de Tubarão;

Professor Gilmar Luis Mazurkiewick, presidente do Polo Associação Brasileira de Educação a Distância;

Professor Gerson Luiz Joner da Silveira, vice-presidente em exercício do Conselho Estadual de Educação;

Senhor Lucas Lacerda, vice-presidente da UCE/SC - União Catarinense dos Estudantes do Estado de Santa Catarina;

Professor Sérgio Luiz Gargioni, presidente da Fapesc - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina;

Senhor Miguel Angelo Gobbi, presidente da Adjori/SC - Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina;

Senhor Fernando Braga, assessor parlamentar, neste ato representando o deputado federal Edinho Bez.

Não posso deixar de registrar a presença, ele que foi o detentor do meu primeiro voto, do nosso querido Osvaldo Dela Giustina, já que em 1986, quando fui às urnas pela primeira vez como eleitor, o professor Osvaldo era candidato a senador da República. Àquela época eu não imaginava que um dia estudaria e graduar-me-ia na fundação na qual ele teve importante papel.

Assim, eu seu nome quero cumprimentar todas as demais autoridades que eventualmente não tenham registrado sua presença.

Neste momento convido para fazer uso da palavra o querido amigo, grande integrante desta Casa, com quem compartilho quase 16 anos de mandato, nosso deputado Moacir Sopelsa, que neste tempo, e sou testemunha, também representou com muita dignidade os interesses de todo o Sistema Acafe nesta Casa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Cumprimento o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, e quero fazer

minhas as suas palavras. Nós divergimos em muitas ocasiões em função das nossas posições político-partidárias, mas sempre tivemos muito respeito um pelo outro. Quero registrar também o grande trabalho que s.exa. faz neste Parlamento, prova disso é que hoje preside a nossa Casa.

Cumprimento o sr. Eduardo Deschamps, secretário de estado da Educação, que neste ato representa o nosso governador João Raimundo Colombo; o deputado federal Celso Maldaner, que nos orgulha com a sua presença nesta noite; o professor Mário Cesar dos Santos, magnífico reitor da Universidade do Vale do Itajaí e presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - Acafe; o professor Antônio Heronaldo de Sousa, magnífico reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc; e o professor Dilvo Ristoff, diretor de Projetos de Graduação da Secretaria de Ensino Superior do MEC.

Meus cumprimentos a todos os reitores aqui presentes. E gostaria de fazer esse cumprimento, com a permissão de todos, em nome da querida reitora Solange Sprandio da Silva, nossa conterrânea de Concórdia. Tive a felicidade de, quando prefeito, tê-la como secretária municipal de Educação.

Faço este reconhecimento e cumprimento todos os senhores e as senhoras. E vejo aqui presente também o prefeito de Joaçaba, que representa os nossos prefeitos.

Cumprimento o nosso coral e todos os representantes da imprensa aqui presentes.

Deputado Joares Ponticelli, eu vim a esta sessão não com a intenção de me pronunciar, mas quero agradecer a v.exa. pela oportunidade que me dá. Vou procurar ser muito breve.

Tenho em mãos um mapa que pontilha onde há fundações da Acafe no estado de Santa Catarina. E fico feliz, pois vim de uma região bastante agrícola, o meio-oeste. E queremos pontilhar ainda mais a participação das universidades, mas aqui está o estado de Santa Catarina muito pontilhado! E se não fosse isso, aqueles que moram longe da capital teriam muita dificuldade para cursar uma universidade.

Lanço aqui um desafio ao reitor da Udesc, e não como forma de intriga: todos nós torcemos para que a Udesc também possa se expandir cada vez mais no estado de Santa Catarina.

Muitas vezes conversamos sobre isso. A Acafe nos deu a oportunidade, mesmo o nosso sendo um município pequeno e longe de um grande centro, de uma capital, de haver lá uma universidade.

Há pouco, quando conversei com o reitor Aristides Cinadon, com o futuro presidente da Acafe e com o secretário Eduardo Deschamps, deputado Joares Ponticelli, disse que as bolsas de estudo oriundas dos arts. 170 e 171 foram construídas nesta Casa juntamente com o governo do estado e as universidades, mas que há ainda uma questão que eu vou torcer para acertarmos, referente principalmente ao extremo oeste de Santa Catarina e ao sul do estado, onde há um grande número de filhos de agricultores que frequentam essa universidade, mas que têm dificuldade quando se estipulam os limites de acesso às bolsas.

E vou explicar por quê. Falava com o secretário Eduardo Deschamps que não vamos prejudicar o Sistema Acafe nem a secretaria de Educação. O agricultor, que é um integrado da indústria, recebe um valor para a declaração do Imposto de Renda que não é verdadeiro. Ele tem na sua declaração de Imposto de Renda uma receita que não é verdadeira. Por exemplo: as indústrias pagam por um suíno cerca de R\$ 16,00 ou R\$ 18,00, mas a na nota fiscal consta o valor total da produção do animal, que chega a R\$ 300,00. Assim, essa declaração acaba sendo de uma receita que não existe.

Por isso, deputado Celso Maldaner, a minha vontade é que se possa - e certamente o governador vai ter esse entendimento -, juntamente com o Sistema Acafe, com a secretaria da Educação, corrigir uma injustiça praticada com muitos filhos de produtores, que não têm condições realmente de pagar a sua faculdade e que não têm acesso à bolsa por causa dessa receita que é irreal.

Quero deixar aqui a todos os acafeanos o apoio dos demais 39 parlamentares desta Casa, pois todos reconhecem a importância que tem a Acafe no dia a dia da educação do nosso estado. Seriam muitos os estudantes sem acesso à universidade, se não houvesse esse sistema no estado.

Portanto, quero cumprimentar todos que fazem parte dessa instituição, parabenizando-os pelos seus 40 anos.

Ao deixar aqui, mais uma vez, os meus cumprimentos, gostaria de dizer que - e não tenho nenhuma dúvida disso - se quisermos um país justo e digno precisamos ter em mente três fatores primordiais: educação, saúde e alimentação. Por isso, todos nós precisamos defender que as pessoas possam ter conhecimento, comida e saúde.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido o sr. secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que neste ato representa o governador Raimundo Colombo, para também deixar a sua mensagem.

O SR. SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO EDUARDO DESCHAMPS - Quero iniciar cumprimentando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli; o deputado federal Celso Maldaner; o reitor Mário Cesar dos Santos, presidente do Sistema Acafe; o reitor Antônio Heronaldo de Sousa, da Udesc; o professor Dilvo Ristoff, diretor de Projetos de Graduação da Secretaria de Ensino Superior do MEC; e o deputado estadual Moacir Sopelsa.

Cumprimento ainda os magníficos reitores do Sistema Acafe presentes aqui hoje; o professor Gerson Luiz Joner da Silveira, vice-presidente em exercício do Conselho Estadual de Educação, assim como os demais conselheiros; e o professor Darcy Laske, secretário executivo do Sistema Acafe, que está de férias merecidas depois de tanto tempo trabalhando em prol do ensino superior de Santa Catarina.

Quero cumprimentar também o secretário executivo da Acafe, Paulo Ivo Koehntopp; e todos os homenageados desta

noite em nome de uma figura excepcional, Osvaldo Dela Giustina, que foi um dos mentores do Sistema Acafe.

Recentemente, representando o governador Raimundo Colombo num evento em São Bento do Sul, iniciei meu discurso utilizando uma frase do presidente John Kennedy, dos Estados Unidos, que no seu discurso de posse disse o seguinte: "Não pergunte o que a América pode fazer por você, mas o que você pode fazer pela América".

Pois bem, parafraseando o presidente Kennedy, quero dizer que o Sistema Acafe é um exemplo acabado do que as lideranças catarinenses podem fazer por Santa Catarina ao invés de aguardar que Santa Catarina faça alguma coisa por elas.

Há 50 anos um grupo de universidades comunitárias começava a surgir. Sei que a Unisul, a Univali e a Furb completam 50 anos neste ano e peço perdão se me esqueço de alguma outra instituição do Sistema Acafe. Há 50 anos teve início um movimento através da ação de diversas lideranças comunitárias. Essas ações começaram nas Câmaras de Vereadores, passaram pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina e representaram um exemplo notável do esforço da população catarinense para que tivéssemos um sistema de educação superior totalmente interiorizado. Isso tudo numa época em que era difícil realizar esse tipo de esforço sem o comando dos governos estadual e federal. Mas as lideranças de Santa Catarina não cruzaram os braços, arregaçaram as mangas e trabalharam na construção desse sistema vitorioso.

Dez anos depois da criação desses embriões, dessas instituições universitárias no interior do estado de Santa Catarina, surgiu o Sistema Acafe que, segundo levantamento feito à época em que eu era reitor da Universidade de Blumenau, era um dos cinco maiores sistemas universitários do Brasil e um dos maiores empregadores do estado de Santa Catarina.

Em termos de faturamento estadual, deputado Joares Ponticelli, o Sistema Acafe certamente está entre as dez maiores empresas do estado de Santa Catarina. Isso comprova, guardadas as características regionais de cada uma dessas instituições, que esse é um sistema sem igual e com uma força extraordinária na promoção do desenvolvimento não só econômico como social do estado catarinense.

Não tenho dúvidas de que os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano que o estado de Santa Catarina ostenta e que está entre os melhores do Brasil resultam muito da educação básica de Santa Catarina, mas também da educação superior, que tem uma taxa de atendimento percentual dos jovens entre 18 anos e 24 anos das mais elevadas do Brasil. Isso se deve, sem sombra de dúvida, à atuação de cada uma das instituições do Sistema Acafe, atuando nos seus espaços regionais.

Sabemos que esse trabalho vai muito além da simples formação profissional superior, mas se o trabalho fosse apenas esse, já seria o suficiente para marcar o Sistema Acafe na história do estado de Santa Catarina. Mas temos os trabalhos desenvolvidos na extensão, com diversos

núcleos de prática jurídica, com clínicas, hospitais, com centros de atendimento de assistência social, com diversas ações na área esportiva, que fazem com que nossos jovens e as comunidades do entorno de cada uma das instituições recebam um tratamento diferenciado, complementando, sobremaneira, a atuação do setor público quer municipal, quer estadual e que sem esse esforço a comunidade catarinense teria um atendimento muito abaixo daquele que recebe hoje.

Ressalte-se também o trabalho da pesquisa desenvolvida por cada uma dessas instituições, que realmente faz a diferença com relação à competitividade das indústrias do nosso estado. Essa pesquisa se materializa também na formação da pós-graduação, que cresceu muito nos últimos anos, seja do ponto de vista dos mestrados, como dos doutorados.

Deputado Pedro Uczai, v.exa., como também o deputado Celso Maldaner e toda a bancada catarinense, batalhou em nível federal com vistas à aprovação da lei das universidades comunitárias. Essa ação garantiu ao Sistema Acafe a condição de poder continuar atuando da forma que fez até hoje pelos próximos 50 anos.

Quero, mais uma vez, em nome do estado de Santa Catarina e do governador Raimundo Colombo, reiterar o agradecimento do estado e da população catarinense a cada uma das lideranças que há 40, 50 anos deram início a um belíssimo movimento, que hoje está consubstanciado numa maravilhosa página da história do estado verde-verde.

Parabéns a todos! Muito obrigado e uma boa-noite.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Convido o ex-integrante desta Casa, que à época participou ativamente da regulamentação do ar. 170 da Constituição do Estado, o hoje deputado federal Pedro Uczai, para compor a mesa. Aproveito a oportunidade para convidar a professora e deputada estadual Luciane Carminatti para também compor conosco a mesa diretiva.

Convido o mestre-de-cerimônias Ailton Viel para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Ailton Viel) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Associação Catarinense das Fundações Educacionais - Acafe - pela passagem dos seus 40 anos desenvolvendo o ensino, a ciência e a tecnologia, assegurando o fortalecimento das instituições de educação superior, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e construção da cidadania catarinense.

Convido o deputado Joares Ponticelli, presidente em exercício deste Parlamento, para fazer a entrega da homenagem ao magnífico reitor Mário Cesar dos Santos, presidente da Acafe, neste ato representando a instituição.

Convido também o deputado Moacir Sopelsa e a deputada Luciane Carminatti para acompanharem a entrega das homenagens.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade, este Poder Legislativo presta homenagens também a personalidades que muito contribuíram no sentido de assegurar o fortalecimento das instituições de educação superior em prol da educação no estado de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem o magnífico reitor Mário Cesar dos Santos, neste ato representando o magnífico reitor João Nicolau Carvalho, presidente da Acafe de 1976 a 1979.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o magnífico reitor Mário Cesar dos Santos, neste ato representando o magnífico reitor Gaston Mário Cazamajou Bojarski, presidente da Acafe em abril de 2004.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o magnífico reitor Mário Cesar dos Santos, neste ato representando o magnífico reitor Jaime João Pasqualini, presidente da Acafe em maio de 2000.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o magnífico reitor Osvaldo Dela Giustina, presidente da Acafe de 1974 a 1976.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Sandra Cavallazzi Zimmer, neste ato representando o seu esposo, o magnífico reitor Lauro Ribas Zimmer, presidente da Acafe de 1979 a 1990.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o professor Paulo Ivo Kochtopp, neste ato representando o magnífico reitor Edison Villela, presidente da Acafe de 1990 a 1996.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o professor Salésio Herdt, neste ato representando seu irmão, o magnífico reitor Silvestre Heerdt, presidente da Acafe de 1996 a 1998.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o magnífico reitor Luiz Carlos Luckmann, presidente da Acafe de 1998 a abril de 2000.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a magnífica reitora Nara Maria Kuhn Göcks, presidente da Acafe em junho de 2000.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o professor Udo Schroeder, neste ato representando o magnífico reitor Egon José Schramm, presidente da Acafe em junho de 2002.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o magnífico reitor Antônio Milioli Filho, presidente da Acafe em maio de 2006.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o magnífico reitor Paulo Ivo Koehntopp, presidente da Acafe de 2008 a 2010.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o magnífico reitor Viegand Eger, presidente da Acafe de 2010 a 2011.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o professor Marcílio Dias dos Santos, secretário executivo da Acafe de 1974 a 1977.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o professor Raimundo Zumblick, secretário executivo da Acafe de 1977 a 1979.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o professor Rogério Braz da Silva, secretário executivo da Acafe de 1979 a 1986.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Artur Roberto Fernandes de Aquino, neste ato representando seu pai, o professor Fernando Fernandes de Aquino, *in memoriam*, secretário executivo da Acafe de 1986 a 1996.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Rafael Laske, prefeito de Joaçaba, neste ato representando seu pai, o professor Darcy Laske, secretário executivo da Acafe de 1999 a 2014.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra o magnífico reitor Mário Cesar dos Santos, presidente da Acafe.

O SR. REITOR MÁRIO CESAR DOS SANTOS - Quero, inicialmente, cumprimentar o deputado Joares Ponticelli, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina,

que honra a Acafe, seus reitores, suas instituições e seu corpo administrativo presidindo esta solenidade de reconhecimento da nossa instituição.

Cumprimento o secretário Eduardo Deschamps, neste ato representando o governador; o professor Dilvo Ristoff, diretor de Projetos de Graduação da Secretaria de Ensino Superior do MEC, ex-reitor da Universidade da Fronteira Sul, com sede em Chapecó; o professor Antônio Heronaldo de Sousa, magnífico reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc; os deputados federais Celso Maldaner e Pedro Uczai, aqui representando o Fórum Parlamentar Catarinense.

Quero cumprimentar o deputado Moacir Sopelsa e agradecer as suas palavras, pois de fato expressou muito do pensamento dominante nas nossas instituições.

Quero ainda permitir-me fazer alguns cumprimentos e faço-o na pessoa do professor e reitor Aristides Cinadon. Quero cumprimentar os reitores atuais já nominados pelo presidente e os sempre reitores das nossas instituições, os pró-reitores, os vice-reitores, os presidentes das fundações, os homenageados, os representantes da comunidade acadêmica, através da UCE, o prefeito Rafael Laske, aqui representando uma figura tão lembrada pelo Sistema Acafe, que foi nosso secretário executivo nos últimos decênios, professor Darci Laske.

Esta homenagem solene da Assembleia Legislativa do nosso estado prestada à história de 40 anos da Acafe faz-me reviver a trajetória marcante de uma entidade que simboliza um dos traços mais emblemáticos da identidade catarinense, a autonomia. O fato de construirmos um modelo de gestão do ensino superior fundado em princípios da regionalidade, das cidades pobres polos das microrregiões, revela muito o jeito de ser catarinense. Quando concebido, foi um modelo à frente do seu tempo e ainda hoje se apresenta como um paradigma para todo o país.

Nascidas na década de 60 estão algumas das nossas instituições nas comemorações e festividades dos seus 50 anos, como é o caso, muito bem lembrado pelo secretário da Educação, da Furb, da Unisul e da Univali.

A Acafe edificou, nessas quatro décadas, o exemplo de emancipação das comunidades que assumiram para si mesmas o desafio de instituir suas próprias unidades de educação superior, cientes do quanto elas seriam fundamentais para o desenvolvimento econômico de suas regiões. Elas definiram na sua agenda, elas aguardaram e obtiveram o apoio do governo estadual em diferentes momentos. Elas não terceirizaram uma responsabilidade, que embora seja do estado, também pode e deve engajar a sociedade civil.

Por tanto, temos imenso orgulho das conquistas da Acafe e de nossas universidades filiadas. Elas traduzem muito do melhor do nosso estado, que é a força inovadora de sua gente. Diferentemente do que vemos em outros estados, onde o poder público é o epicentro de todos os movimentos, as universidades fundacionais demonstram como o nosso estado é construído com forças múltiplas, enriquecido

por suas diversidades culturais, ainda que necessitem do apoio do poder público.

E aqui até podemos referir o Conselho Estadual de Educação e a homenagem tanto ao presidente em exercício, professor Gerson, como a seus conselheiros, conselho que durante muito tempo atuou na regulação de suas ações.

Prezado presidente, srs. deputados, são 40 anos de lutas árduas, um período de provação de nossas capacidades, mas não apenas superamos os gigantescos obstáculos, como nos credenciamos ao direito de reivindicar uma personalidade jurídica própria, finalmente legitimada, no ano passado, com a aprovação da Lei das Comunitárias, que ficou conhecida com a Lei Federal n. 12.881, cujo evento reuniu-nos em Itajaí com a presença da presidente da República, de autoridades, de representantes do Fórum Parlamentar Catarinense, do presidente desta Casa Legislativa, dos deputados federais, especialmente do deputado Pedro Uczai, que tanto batalhou juntamente com a bancada em favor do reconhecimento desse marco legal.

Uma vez mais vimos uma ampla mobilização em prol dessa legislação, o vigor das comunidades regionais que articularam suas forças políticas para referendar esse avanço extraordinário da consolidação de nossas universidades no cenário da educação superior. Uma conquista que premia o nosso passado, mas especialmente introduz o horizonte de grandes oportunidades e novas oportunidades na medida em que concede às nossas instituições comunitárias a prerrogativa de participar de editais públicos, incluindo-nos no certame que estimulará a competitividade acadêmica e as iniciativas mais inovadoras.

Por essas conquistas históricas, queremos aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os parlamentares que se solidarizaram nesta campanha de tantos anos, muitos deles, inclusive, egressos das nossas universidades. Um terço dos srs. deputados e das sras. deputadas são herdeiros do legado das instituições da Acafe.

A todos, indistintamente, manifestamos o reconhecimento pelo apoio dispensado nesse processo de luta, que pôs à prova a nossa união e a nossa capacidade de mobilizar forças políticas, às vezes tão divergentes, mas convencidas da importância de estabelecer o referencial jurídico para as nossas instituições.

Por fim e mais especialmente, queremos registrar nossa gratidão a todos os ex-presidentes, integrantes do Conselho Diretor da Acafe, personalidades que contribuíram abdicadamente com o fortalecimento do modelo associativo, cujo trabalho nos permitiu celebrar a baliza dos 40 anos com a satisfação de ter escrito em rede memorável que seguramente influenciou e segue repercutindo nos elogiados indicadores socioeconômicos e culturais de nosso estado. É uma herança que nos autoriza a olhar o amanhã com o espírito carregado de expectativas, não só porque os desafios se agigantaram, mas porque reunimos condições de fazer mais e melhor.

Prezados deputados, essa homenagem é o reconhecimento aos 40 anos da Acafe, mas se preferirem podem

chamá-la de homenagem ao pioneirismo, à engenhosidade e à ousadia da gente catarinense, que v.exas. também representam, porque é disso que trata a história. Isso nos fez vencer o tempo e garantir a nossa presença no futuro de Santa Catarina, solicitando que acolham esse modelo comunitário de educação, apoiando-nos e não permitindo que legislações sejam compostas para ratear os recursos com que o estado nos apoia através das bolsas do arts. 170 e 171, que tanto contribuem no orçamento familiar catarinense, nesse modelo em que os recursos auferidos pelas instituições da Acafe são aplicados na própria estrutura e nos serviços prestados às comunidades, marco que nos resultados nos diferencia das empresas privadas de educação.

Reiteramos o nosso agradecimento em nome de toda a Acafe. Quando se fala em nome das pessoas, tem-se a perspectiva de tentar dizer o que as pessoas gostariam que fosse dito, e espero ter alcançado isso.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Colegas deputados que comigo dividem esta mesa, deputado Moacir Sopelsa, deputada Luciane Carminatti, deputado Celso Maldaner e deputado Pedro Uczai; ex-reitor do Sistema Acafe e secretário da Educação Eduardo Deschamps, que aqui representa o governador do estado; querido professor Mário, reitor da Univali e presidente da Acafe; sr. representante do Ministério da Educação, a quem agradeço o prestígio a esta sessão; magnífico reitor da Udesc; srs. reitores; srs. ex-reitores; ex-secretários-executivos, professores, autoridades que aqui comparecem.

Quero cumprimentar o coral que abrilhantou a sessão, o público que nos assiste através da TVAL, que desde o ano passado está em canal aberto em Florianópolis e logo também em outros municípios, para que as pessoas possam nos fiscalizar pois, afinal de contas, o deputado recebe, ao ser eleito, uma procuração do cidadão para agir, votar e reivindicar em seu nome. Então, é preciso que se dê ao cidadão condições de acompanhar o nosso dia a dia até para saber se o seu representante terá o direito de renovar a procuração ou se ela deve ser entregue a outro. E a TVAL e a Rádio Alesc Digital irão transmitir, não apenas hoje, mas ao longo da sua programação, o que aconteceu nesta noite para que os catarinenses conheçam um pouco mais da vitoriosa história do Sistema Acafe.

Tive o privilégio de, em 2012, presidir a Unale, entidade que congrega os 1.049 deputados estaduais e as 27 Assembleias Legislativas do Brasil. Tive a oportunidade de passar por várias Assembleias em vários estados. E em cada vez que nos apresentamos como catarinenses percebemos uma inquietação naqueles que já tiveram a oportunidade de conhecer nosso estado, pela vontade que têm de voltar, e naqueles que ainda não o conheceram, apresentando o seu grande projeto de vida que é conhecer Santa Catarina.

Há várias explicações para sermos um estado cobijado. Primeiramente porque,

com todo o respeito aos demais, é o mais bonito do Brasil e é o único estado com nome de mulher. Ser um estado feminino já nos diferencia. E dizia isso por ocasião da sessão do cinquentenário da Univali, vou repetir na quarta-feira na sessão do cinquentenário da Furb, em novembro na sessão do cinquentenário da Unisul e no ano que vem em várias outras. Essas três sessões já estão marcadas, porque esta Casa não se furtara e terá que estar lá com toda a sua estrutura e com o maior número de parlamentares.

Mas o que nos faz tão diferentes? Um estado tão pequeno como o nosso, que tem um pouco mais de 1% do território do Brasil, um estado que tem pouco mais de 3% da população do Brasil e é tão singular, é tão diferente? Com toda certeza o patrimônio, a riqueza da nossa formação étnica, cultural, dessa junção de povos de todas as origens nos ajudaram a fazer de Santa Catarina um estado diferente.

Mas o sistema e as suas filiais contribuíram decisivamente para isso, não tenho a menor dúvida. Se nós imaginarmos que há 50 anos, enquanto a maioria dos brasileiros lamentava o golpe de 64, aquela crise profunda que o Brasil vivia, enquanto o país lamentava o golpe, lamentava a crise institucional, esses visionários catarinenses aproveitaram-se da máxima de que é na crise que surgem as melhores oportunidades, as melhores ideias e começaram a constituir um sistema único no Brasil, que não foi copiado de ninguém. Entre os visionários podemos citar os professores Salésio, Gerson, Osvaldo e Nazareno; os políticos Dilney Chaves Cabral e Stélio Boabaid, este ainda entre nós, graças a Deus, e que certamente estará conosco, no dia 25 de novembro, para celebrar o cinquentenário da Unisul que ele ajudou a construir.

Essas lideranças se constituíram em homens à frente do seu tempo, como bem colocou o nosso presidente, ao construir um modelo único no Brasil. Outros estados perderam a oportunidade e dez anos depois compreenderam que precisavam de uma estrutura que pudesse defender seus interesses, consolidar e definir políticas de atuação para evitar que o modelo se dissolvesse até por uma concorrência pequena, uma ocupação de espaço, de áreas.

E a Acafe teve este papel de disciplinar, de organizar, de consolidar e de fazer com que ao longo desse meio século pudessemos ver este estado desenvolvido em todas as regiões. Todas hoje são fortes por conta dessa inteligência que se distribuiu por todo o estado, ao passo que na maioria dos estados o que vimos foi a concentração da inteligência, do conhecimento, do desenvolvimento em torno da capital. Aqui, não! Aqui vimos essa distribuição. E o sistema foi muito responsável por isso, porque ajudou a distribuir o conhecimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico, social, comunitário, político, e ajudou a consolidar este estado diferente com menos injustiças sociais.

É verdade que diferenças e injustiças sociais ainda existem, mas nós, aqui no Parlamento catarinense, os nossos representantes no Congresso Nacional, a

comunidade organizada, cada um de nós faz a sua parte para diminuir cada vez mais essas diferenças. Mas o sistema ajudou muito, tanto que este pequenino estado para o nosso orgulho figura como a quinta ou sexta economia do Brasil.

Eu dizia dias atrás em Itajaí que a decisão da BMW de se instalar em Santa Catarina é prova do estado diferenciado que somos. A BMW, uma das empresas detentoras de maior volume de conhecimento do mundo, não toma uma decisão de implantar a sua primeira unidade na América Latina num estado tão pequeno como este apenas pela cor dos nossos olhos, que na média também são os mais bonitos dos demais. Não é somente por isso. Quando ela decidiu vir para um estado tão pequeno foi porque o estudou profundamente e conseguiu identificar essas diferenças, esse futuro próspero do qual o Sistema Acafe já colhe os resultados e que, certamente, num futuro próximo, colheremos ainda mais.

Esta Casa tem procurado fazer a sua parte e vai continuar cumprindo com a sua missão. Eu, particularmente, tive o privilégio e fico muito feliz de poder presidir esta sessão especial, apesar da condição política indesejada de estar na presidência neste momento, mas agradeço a Deus por estar, deputado Moacir Sopelsa, já que é a última oportunidade que terei como deputado estadual de poder homenagear o sistema, porque em 31 de janeiro do próximo ano concluirei a minha passagem por esta Casa depois de quatro mandatos, mas ainda pretendo me dedicar muito ao sistema. Mas se sáisse hoje, sairia com a consciência do dever cumprido de que no tempo em que aqui estive, nesse tempo todo, em companhia do deputado Moacir Sopelsa, no primeiro mandato na companhia do deputado Pedro Uczai e agora, neste último mandato, na companhia da deputada Luciane Carminatti, procurei fazer a minha parte, assim como todo o Poder Legislativo do estado de Santa Catarina.

Em 1999 eu era vice-líder do governo, o deputado Paulinho Bornhausen era o líder e o deputado Pedro Uczai e a deputada Ideli Salvatti eram oposição. Mas não era como essa oposição de hoje em dia. A oposição daqueles tempos, inclusive a dos tempos em que a exerci também, era diferente. Hoje em dia a oposição é bem mais *light*, tanto lá como cá, em todos os lugares. Hoje o governador Raimundo Colombo nos ensinou muito isso ao colocar os projetos dos catarinenses na frente, prova disso é o bom momento que vive o nosso estado, com um volume de investimentos jamais visto num só tempo de governo, que contou com a participação de todos, desde os deputados que ganharam as eleições até nós, deputada Luciane Carminatti, que não ganhamos a eleição, mas que nos aliamos nesta Casa em torno desses projetos que não tiveram oposição e não poderiam ter.

Mas naquele tempo era um pouco diferente, deputado Pedro Uczai, o negócio era muito mais dolorido. Havia o compromisso do governador Esperidião Amin de regulamentar o art. 170 e nós saímos por este estado afora promovendo audiências em todas as universidades e fundações. Eu tive o privilégio de ser o relator do projeto referente ao art. 170, com o deputado Pedro

sempre junto conosco na comissão de Educação. O deputado Paulinho Bornhausen, relator na comissão de Constituição e Justiça, eu, relator na comissão de Educação, e o deputado Pedro, opositor ferrenho, competente, determinado, é preciso aqui reconhecer, conseguimos juntar Situação e Oposição para construir a regulamentação do art. 170 da Constituição de Santa Catarina, que aguardava pela manifestação desta Casa há mais de uma década.

Depois tivemos a regulamentação do art. 171 e hoje o deputado Moacir Sopelsa nos fez uma boa provocação que, penso, deva ser o nosso desafio para que possamos manter os arts. 170 e 171 como bons exemplos de distribuição de recursos.

Graças a Deus tivemos a preocupação, naquela época, de afastar qualquer ingerência político-partidária, porque se houvesse não teria dado certo, com certeza, mas é um processo que precisa permanentemente ser aperfeiçoado.

Agradecemos ao secretário Eduardo Deschamps, porque os governos sucessivos, mas falamos do atual, também tem feito sua parte. E que Deus continue protegendo aqueles que fizeram e fazem da Acafe, das suas universidades esse bom exemplo que os catarinenses mais uma vez dão para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado pela presença de todos e que Deus proteja cada um na caminhada.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, a todos que nos honraram com o seu comparecimento e encerra a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, às 10h, conforme calendário especial aprovado por esta Casa, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 012ª SESSÃO ESPECIAL

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 6 DE MAIO DE 2014 EM HOMENAGEM AO SENHOR

DIMAS ARNALDO DA SILVA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ciro Roza) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para comporem a mesa as autoridades que serão nominadas a seguir:

Senhor Dimas Arnaldo da Silva, do Grupo Dimas Automóveis Consórcio e Construtora;

Senhor Neri Osvaldo do Amaral, vereador do município de São José;

Senhor Antônio Paulo Remor, prefeito do município de Antônio Carlos.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem ao sr. Dimas Arnaldo da Silva foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Como autor do requerimento que ensejou a presente sessão, faço uso da palavra.

Quero aqui cumprimentar as autoridades que compõem a mesa; o nosso homenageado; os que se fazem presentes; representantes da imprensa; funcionários da Casa e dos gabinetes; familiares e amigos do homenageado.

(Passa a ler.)

"Especialmente ao homenageado Dimas Arnaldo da Silva, minha respeitosa saudação.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, dentro da organização do estado, sem sombra de dúvida, é a mais vocacionada na ocupação dos espaços da democracia participativa e cidadã, sediando em seu âmbito de ação os grandes debates de interesse da sociedade.

A maior importância do Poder Legislativo reside, antes de tudo, em sua composição resultante de ideologias divergentes. Reflete, na sua diversidade de ideias, pensamentos e ações, a capacidade de

intermediar conflitos e contradições latentes na sociedade aqui representada. É nesta Casa também que não raramente se registram acontecimentos singulares, destinados ao reconhecimento de pessoas e organizações cuja trajetória e história são marcadas indelévelmente pelo empenho, trabalho e dedicação a serviço de Santa Catarina.

É motivo, pois, de muita alegria e satisfação, neste espaço político e democrático do Parlamento catarinense, referendar e enaltecer a vida profissional e a obra social construída com muito esforço e trabalho, ao longo de décadas, pelo homenageado, sr. Dimas.

Diz a sabedoria popular que 'é fácil falar das pessoas. Difícil é falar sobre as pessoas'. Isso porque, de fato, é difícil traduzir com palavras a rica história profissional e social edificada pelo nosso homenageado e o trabalho que desenvolveu e continua a executar, contribuindo para o crescimento econômico e social de Santa Catarina. E simplesmente porque certamente não faremos justiça a esse histórico e ao homem que o escreveu, porque nem sempre as palavras proferidas, mesmo que pelo mais inteligente literato, traduzirão o reconhecimento merecido.

O que ouço falar sobre Dimas Arnaldo da Silva vejo refletido em seus filhos - Daniel, Emerson e Ricardo; em sua esposa, Maria Elenir, fiel companheira de todas as horas e cujas palavras de conforto nos momentos difíceis serviram de suporte para seu crescimento pessoal e profissional.

Nesta oportunidade gostaria de enfatizar dois aspectos da vida do homenageado que escolhi para demonstrar o seu jeito de ser: o homem de negócios e o homem de família.

Iniciou sua carreira como vendedor em uma revenda de automóveis, porém não fazia apenas negócios, conquistava amigos e a confiança de cada um de seus clientes. Em 1976, juntamente com sua esposa, fundou a loja multimarcas Dimas, graças ao espírito

empreendedor que sempre o caracterizou. Assim começou o Grupo Dimas, que se confunde com o homenageado dessa noite.

Em 1982, inaugurou o *Dimas Park Hotel*, uma estrutura com 80 apartamentos e cozinha internacional, localizado junto ao mar, na parte continental de Florianópolis, que atualmente se chama *Brisamar Hotel*.

Em 1985, as empresas Dimas diversificaram os negócios e firmaram alicerces na construção civil com a Dimas Empreendimentos, hoje referência de alto padrão e qualidade na Grande Florianópolis.

Em 1986, consolidou o padrão da marca com a abertura da Dimas Ford Caminhões, em São José, na BR-101. Já em 1990, abriu a loja Dimas Ford Estreito. No ano de 1993, o grupo lançou o Dimas Consórcio.

Em 2001, a empresa promoveu a inauguração da loja Dimas Ford SC-401, no norte da ilha de Santa Catarina. Em 2005, foi inaugurada a revenda Ford Dimas Tijucas, no município que lhe empresta o nome. Já em 2006, o Grupo Dimas surpreendeu mais uma vez com a distribuição dos veículos da marca Hyundai, com a abertura da Dimas Hyundai Estreito, sendo que, em 2007, para dar assistência técnica aos veículos usados que entravam nos negócios, foi criada a unidade de serviços automotivos denominada Central dos Usados.

Posteriormente, em 2008, com o objetivo de atender a todos os negócios com os seus clientes, abriu a loja Repasse, no município de São José. Em seguida, o Grupo Dimas subiu a serra e inaugurou, em São Bento do Sul, a loja Dimas Ford São Bento do Sul.

No final de 2010 abriu mais uma loja: a Dimas Multimarcas Jardim Atlântico e logo em seguida, em 2011, foram abertas unidades da Dimas Ford Multimarcas nos municípios de Joinville, Mafra e Palhoça. Em 2012, por sua vez, foi aberta a Dimas Ford Brusque e, em 2013, a Dimas iniciou a comercialização de uma nova marca e abriu a loja Dimas Volvo São José.

Como todo empreendedor, Dimas está sempre às voltas com a diversificação do negócio, pois notadamente não desconhece que, quem tem tudo em um só ramo, poderá passar alguns anos bons, mas com certeza terá também anos difíceis pela frente. Assim, diversificar é a garantia de sobrevivência nos negócios.

Dimas Arnaldo da Silva é um apaixonado pelo trabalho e adepto do provérbio 'não deixa o sol te pegar na cama' para reforçar a ideia de que é preciso gostar do que se faz, tendo prazer no trabalho.

Como homem de família talvez a imagem mais forte do homenageado seja a figura do agregador dos membros da família, carinhoso e muito próximo da esposa, dos filhos Daniel, Emerson e Ricardo, das noras Eleonora e Patrícia e dos netos Manuela e Eduardo.

Pertencer a uma família unida e estruturada e que além de tudo trabalha junto, é resultado de muito esforço, dedicação pessoal e amor pela família. É na família que funda o alicerce para a manutenção dos negócios até hoje, pois foi no seio familiar, com sua esposa, que o empreendedor primeiramente sonhou e depois concretizou.

A adesão dos filhos Daniel Emerson e Ricardo ao trabalho dos pais foi natural. Sem dúvida, a continuação de toda a rica história do homenageado e do Grupo Dimas tem suporte na harmonia, na lealdade de uns para com os outros e no interesse primordial de edificar a família, dentro de um regime de humildade, de ensinamentos adequados para que, no exemplo do homem de família que é, o Grupo Dimas seja cada vez mais forte.

Senhoras e senhores presentes nesta oportunidade! Em 2014, o Grupo Dimas completa 38 anos. Foram anos de árduo trabalho, gerando empregos e divisas para Santa Catarina e, acima de tudo, com muita responsabilidade social.

Dimas Arnaldo da Silva, a quem honrosamente homenageamos, é sem dúvida um grande empreendedor. E o Grupo Dimas reflete esse espírito empreendedor, reafirmando a essência de seu fundador por meio da paixão pelo trabalho, visão de futuro, amor pela família, pelo seu estado e pelo Brasil.

Permito-me ainda, neste momento, mencionar os colaboradores do Grupo Dimas que identicamente seguem a mesma linha de conduta de seu grande líder e que também são homenageados: Ana Maria dos Santos; Aparício Salustiano Garcia Filho; João Luiz Pereira; Maria Lenir da Silva; Daniel Dimas da Silva e Ricardo Dimas da Silva; Marilda dos Santos; Rafael Neves dos Santos e William Jorge Rigoto.

Ao concluir, agradeço sinceramente a oportunidade de compartilhar com vocês esta merecida homenagem ao homem e aos empreendimentos que idealizou e concretizou. Como homem de negócios Dimas Arnaldo da Silva é um empreendedor como poucos. Como homem de família é a força que mantém todos unidos."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

A seguir, convido para fazer uso da palavra o sr. Neri Amaral, vereador de São José.

O SR. VEREADOR NERI OSVALDO DO AMARAL - Senhoras e senhores, no dia 27 de março de 1947, a cidade onde nasci, a antiga São José da Terra Firme, teve a satisfação muito grande de ver o nascimento do cidadão Dimas Arnaldo da Silva nascido, no bairro de Potecas.

Quero parabenizar o deputado Ciro Roza e todos os deputados desta Casa por acolherem essa proposição aprovando-a por unanimidade, porque, no meu entendimento, homenageiam-se as pessoas e faz-se o que pode por elas enquanto estão vivas, fortes e em plena atividade. Essa é, para mim, a verdadeira homenagem.

Gostaria de cumprimentar o presidente desta sessão, deputado Ciro Roza; o homenageado que eu tenho o prazer e a satisfação de chamar de amigo, Dimas Arnaldo da Silva, filho da saudosa dona Lurdes; o nosso ex-deputado estadual Dagomar Carneiro; o nosso querido prefeito de Antônio Carlos; a minha mulher aqui presente; a dona Maria Leni, em nome de quem cumprimento todos os presentes. É uma satisfação muito grande a presença de vocês!

Para mim é uma honra e uma satisfação muito grandes vir aqui assistir a essa homenagem que está sendo prestada ao nosso querido Dimas.

Vejam que comprei o meu primeiro carro há 38 anos, um fusca 72, que foi vendido exatamente pelo sr. Dimas Arnaldo da Silva, lá na rua Aracy Vaz Callado. Nós já tínhamos uma relação forte antes de ele começar a trabalhar com automóveis, e o Dimas começou a trabalhar mais precisamente na Koesa, como vendedor, e depois passou a ter o seu próprio negócio.

Há uma coisa importante que podemos falar do sucesso desse cidadão: a sua maneira de ser. Não somos nós que queremos ser humildes. A humildade é uma coisa natural, e o Dimas dá e esbanja humildade para todo mundo. Ele nunca se preocupou com vaidade ou coisa parecida. Ele sempre se preocupou com a humildade.

Há que ressaltar que o sucesso do Dimas se deve, acima de tudo, a sua rede de relacionamentos. A rede de relacionamentos que o Dimas criou é uma coisa tão forte que até hoje conhecemos pessoas que dizem assim: "Eu ia no Dimas, ele me dava um carro e eu pagava depois de uma semana". Mas ele sabia que isso era uma estratégia de vendas. Outros diziam assim: "O Dimas levou um carro e deixou na minha garagem". Ora, o cliente ficava satisfeito com a atenção e confiança.

O Dimas também é criador de lemas. É dele a já conhecida frase que diz: "Carro usado é no Dimas. Lá fora o risco é seu".

Eu tive a satisfação de conviver durante 23 anos dentro dessa empresa, tempo que para mim, digo a vocês com toda tranquilidade, foi uma época muito bacana da minha vida, foi uma época em que aumentei a minha rede de relacionamentos. Muitas das coisas que eu tenho, por que não dizer, devem-se ao meu trabalho, mas muito em função da liberdade que o Dimas me dava para trabalhar.

Então, Dimas, quero dizer que todo o teu trabalho, tudo que fizestes e tudo que estás fazendo e vais fazer é fruto da tua personalidade, porque és um homem do bem, uma pessoa que nunca se preocupou só consigo.

Dimas dizia outra frase para nós, ou seja: "Para o negócio ser bom, todo mundo tem que ganhar, porque se eu ganhar sozinho, os

outros não poderão comprar seu carro". Isso é uma coisa sábia.

É importante frisar que vejo aqui a presença de funcionários nossos com trinta e poucos anos de casa, como o Aparício, que começou junto com o Dimas; o João Luiz; o nosso querido William, que há mais de 30 anos está na empresa; o Amarildo, a Ana e muitos outros. Eu não vou nominar todo mundo porque realmente é difícil.

Mas quero dizer que a tua maneira de ser, Dimas, a tua maneira de agir, a tua maneira de pensar, a tua maneira de conduzir as coisas é muito clara e séria. E hoje ficamos satisfeitos e felizes de ver o teu sucesso, porque o teu sucesso é o sucesso de todos nós, é o sucesso dos teus funcionários, é o sucesso da tua família.

Realmente, Dimas, quero agradecer publicamente tudo o que tens feito por mim e por tantas outras pessoas. São tantos amigos que eu vejo hoje. Tu não mensuras a importância tens para a sociedade de São José, de Florianópolis e de vários municípios de Santa Catarina.

Dona Maria Lenir, o seu marido é um visionário, ele sempre teve a percepção do que aconteceria lá na frente. Hoje ele tem centenas de funcionários, vamos imaginar 500 funcionários, mas é responsável por mais de 20 mil pessoas, porque esse número se multiplica.

O que estou aqui dizendo é realmente de coração, não trouxe nada por escrito. E quero dizer uma coisa ao Dimas: amigo não é aquele que te dá flores, amigo é aquele que tira os espinhos do teu caminho. Dona Maria Lenir e Daniel, aqui presentes - os outros filhos não puderam vir porque estão viajando - realmente o Dimas sabe fazer muito bem isso, ele não dá flores, mas tira os espinhos do nosso caminho.

Que Deus te abençoe! São José precisa muito de ti. Florianópolis precisa muito de ti. Santa Catarina precisa muito de ti. Que Deus te dê muita saúde, paz e que continues sempre sendo esse chefe de família espetacular.

Para finalizar, quero deixar registrado que sempre ouço de todos que é uma satisfação trabalhar contigo, porque, acima de tudo, tu és um amigo especial.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ciro Roza) - Convido a mestre-de-cerimônias Nicolli Madeira para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicolli Madeira) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao sr. Dimas Arnaldo da Silva, por sua importante atuação no mercado catarinense, desenvolvendo suas atividades de maneira consciente através da responsabilidade social e ambiental.

A marca Dimas é sinônimo de credibilidade, segurança e confiança e foi construída ao longo de uma história de sucesso, na busca pela satisfação de seus clientes, destacando-se como uma das maiores empresas de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Ciro Roza para fazer a entrega da homenagem ao sr. Dimas Arnaldo da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem a personalidades que muito contribuíram para o crescimento e o fortalecimento da marca Dimas no mercado catarinense.

Convido para receber a homenagem a sra. Ana Maria dos Santos, gerente administrativa, com 21 anos de experiência profissional na empresa, participante das campanhas de Natal com o objetivo de oferecer um final de ano mais alegre e digno às pessoas carentes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Aparício Salustiano Garcia Filho, gerente de vendas, com 37 anos de experiência profissional e com atuante participação nas ações sociais da empresa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Daniel Dimas da Silva, sócio-diretor, que trabalha no Grupo Dimas há mais de 25 anos, com atuação social direcionada às crianças.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Daniel Dimas da Silva, neste ato representando o seu irmão, o sr. Ricardo Dimas da Silva, também sócio-diretor, com mais de 20 anos na empresa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o João Luiz Pereira, gerente de vendas, com 38 anos de experiência profissional na empresa. Envolveu-se ativamente no auxílio aos atingidos pelas enchentes no estado de Santa Catarina, ajudando aqueles que mais necessitavam por intermédio da empresa Dimas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem a sra. Maria Lenir da Silva, casada há 42 anos com o sr. Dimas, companheira de todas as horas e cujas palavras de incentivo e conforto serviram de suporte para o crescimento do Grupo Dimas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem a sra. Marilda dos Santos, gerente-geral de vendas, há 26 anos na empresa, focada em contribuir na melhoria da qualidade de vida dos menos assistidos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. Rafael Neves dos Santos, diretor da Decisão Propaganda, há 19 anos na empresa, na qual participa na divulgação e contribuição das várias ações sociais, ajudando aqueles que necessitam de oportunidades.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
Convido para receber a homenagem o sr. William Jorge Rigotto, gerente, que trabalhou por 28 anos na empresa. Hoje já está aposentado, mas participa ativamente de todos os eventos do Grupo Dimas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Ciro Roza) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Dimas Arnaldo da Silva.

O SR. DIMAS ARNALDO DA SILVA - O que vou falar para os senhores? Eu só tenho a agradecer e dizer que estou muito feliz em receber esta homenagem do estado de Santa Catarina. Eu nem esperava tantas palavras bonitas.

Agradeço mais uma vez ao deputado Ciro Roza por se lembrar de mim. Eu até falei

para ele que não precisava de nada, não. Mas a vida é assim. Só tenho a agradecer aos senhores.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ciro Roza) - Em primeiro lugar, além de agradecer a presença de todos, eu tenho conhecimento, como todos os catarinenses, do relevante trabalho prestado pelo Dimas ao nosso estado. À época em que fui prefeito de Brusque, o Dimas acreditou na cidade e lá instalou uma revenda da Chevrolet. Agora, em 2012, abriu a Ford Caminhões.

Cada deputado tem direito de, em cada ano legislativo, prestar uma homenagem. Fui deputado durante três mandatos e nunca utilizei esse espaço. Como estou no meu último mandato como deputado, achei que era chegada a hora de reconhecer, em nome dos catarinenses, o trabalho realizado por esse grande empreendedor, que junto com seus colaboradores e seus familiares criou uma estrutura que gera oportunidades de trabalho a muitos catarinenses.

Dimas, esta é uma singela homenagem, mas vem do fundo do meu coração. Podes ter certeza de que o que foi relatado no vídeo e nas palavras dirigidas a tua pessoa não demonstraram o quanto verdadeiramente representas para este estado.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para o coquetel no hall deste Poder após o término desta sessão.

A seguir teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de dizer que quase diariamente temos recebido manifestações de catarinenses sobre a situação das rodovias neste estado, sobre a manutenção das rodovias estaduais, e está entre nós o deputado Valdir Cobalchini, que foi secretário da Infraestrutura.

Quero abordar de forma especial a situação da rodovia de Jaborá ao município de Concórdia, ligando a BR-153. Houve o início da

obra, mas infelizmente a empresa teve o seu contrato rescindido. A rodovia encontra-se numa situação praticamente de calamidade pública, porque é uma obra interrompida no curso da sua execução com intervenções que tornaram extremamente perigosas. Houve rebaixamento de acostamento em alguns lugares. A rodovia está totalmente sem sinalização.

Sabemos que há processo em andamento para a contratação de nova empresa, mas é preciso uma intervenção urgente e imediata pelo menos para uma ação paliativa a fim de torná-la trafegável, pois já aconteceram diversos acidentes naquele trecho de rodovia. A situação é extremamente preocupante e estamos apelando, inclusive, ao governo do estado para que faça ali uma ação emergencial para amenizar a situação.

Já faz um ano e meio desde a implementação da ordem de serviço da obra, que começou quando v.exa., deputado Valdir Cobalchini, era o secretário da Infraestrutura. Até houve em algum momento um ritmo de obra razoável, mas infelizmente, desde novembro do ano passado está paralisada. Isso é preocupante e trago esse apelo da comunidade regional, que praticamente todos os dias tem feito solicitação para que haja algum tipo de intervenção, pois o processo de rompimento de contrato está bastante demorado. É necessária uma ação emergencial.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Deputado, é totalmente procedente a sua manifestação. É uma obra financiada pelo BID e a rescisão para a contratação de uma nova empresa, em função de se tratar uma concorrência internacional, tem implicações diferentes de outras obras com a licitação pela Lei n. 8.666. Os recursos para a operação tapa-buraco já foram descentralizados à secretaria Regional de Concórdia e imagino que por esses dias deve acontecer. Acompanhamos com muito interesse a questão, mas infelizmente foi uma empresa portuguesa que participou da licitação. Ofereceu um preço muito aquém do orçado, por conta disso, foi a vencedora do certame licitatório e frustrou toda a região.

Infelizmente, frustrou toda a região, os catarinenses, porque até começou razoavelmente bem, como v.exa. afirmou, mas depois no curso da obra mostrou-se que o preço por ela ofertado não era atraente, por conta disso, resolveu abandonar a obra, frustrando todos nós. Nós precisamos, inclusive, rever essa questão sobre empresas que vêm de Portugal oferecer acervo, porque Santa Catarina é um estado em desenvolvimento, precisa de obras e acaba atraindo empresas que vêm, às vezes, aventurar-se. Infelizmente, mostrou-se infrutífera a licitação, causando um prejuízo muito grande para a região. Eu espero, e vou procurar ajudar para que isso aconteça, que seja agilizada a nova licitação o quanto antes.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado.

É importante dizer que não basta ali apenas uma operação tapa-buraco, ela vai amenizar, mas tem que ser feita a sinalização, a intervenção emergencial em alguns acostamentos que foram rebaixados, estão sem sinalização e nesta época de inverno com neblina tornam-se extremamente perigosos. Então, nosso apelo é para que haja a contratação o quanto antes da empresa para retomar a obra, mas nesse meio tempo, que ocorra uma ação emergencial de sinalização, de tapa-buraco, de intervenção, para que se possa encontrar mecanismos para evitar situações como essas, que são extremamente lamentáveis.

Portanto, trago esse apelo, que é uma voz unânime em toda região. É uma situação extremamente desgastante que está acontecendo, oferecendo risco de vida às pessoas, porque não se trata apenas de uma estrada que está em condições ruins de tráfego, mas extremamente perigosa pelas intervenções que existiram e pararam pela metade, deixando a rodovia acima dos perigos que seriam normais para uma rodovia. Esse é o nosso

apelo que deixamos registrado, aqui, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem mais nos acompanha nesta sessão nesta manhã de quinta-feira aqui presente ou pela Rádio AleSC Digital e TVAL.

Eu queria falar ainda e mais uma vez não para levantar nenhuma polêmica nesta tribuna, mas para fazer registros a respeito do debate entre bombeiros militares e voluntários, trazendo ponderações acerca de concepções existentes.

Nós tivemos um debate, aqui, no ano passado, e de nossa parte, da minha parte, como parlamentar, da parte do Comando do Corpo dos Bombeiros Militares, havia a concordância em se fazer uma legislação que estabelecesse as competências para cada uma das organizações: Bombeiros Voluntários e Bombeiros Militares. Quem apontou esta direção, quem indicou nesta direção, quem estava contribuindo nesta direção, era a procuradora do MP de SC, Valquíria Danielski. Ela, própria, estava elaborando e convidando as organizações, as entidades, as representações, para participar do debate com o objetivo de construir uma legislação que estabelecesse as relativas competências, a pré-disposição em ceder parte do poder de trabalho na questão de fiscalização para os Bombeiros Voluntários. Na verdade, na época, não houve o avanço desse trabalho e desperdiçou-se essa intenção, inclusive, da procuradora Valquíria, que é a subchefe do Ministério Público de Santa Catarina, porque a representação dos Bombeiros Voluntários, que aqui estava, saiu dessa mesa de negociação dizendo que não concordava em aceitar o Bombeiro Militar atuando em determinadas áreas do estado. Isso é um erro constitucional na nossa avaliação. Nós queremos discutir competência, dividir os trabalhos e trabalhar em harmonia. Isso é necessário. E na nossa avaliação aquele trabalho dirigido, puxado e construído, no ponto de vista jurídico constitucional, pela procuradora, tinha esse horizonte. Mas, infelizmente, não conseguimos ir à frente.

E aí se continua o debate, outras medidas legislativas que foram aprovadas aqui, parte dela já considerada inconstitucional pela Justiça estadual, pelo Tribunal de Justiça do Estado; outra parte ainda, com Adin no Supremo Tribunal Federal, e a briga na base, o que é muito ruim para todos nós, para a sociedade, especialmente.

Mas queria entrar no assunto que pouco pincelei na tarde de ontem, que é a questão da mobilidade em geral, não somente urbana, mas em toda a sua complexidade.

Nós tivemos ontem a greve dos ônibus, dos trabalhadores do sistema do transporte coletivo aqui em Florianópolis, e isso fez aumentar o caos no trânsito. Como disse ontem, demorei 1h45 para vir de casa, da Serraria, até aqui, para percorrer 15km na manhã de ontem. Caminhando teria levado o mesmo tempo, pelo menos quando eu tinha 25 anos eu faria essa distância nesse tempo, melhor dizendo.

Primeiramente gostaria de fazer o registro, porque diferentemente do que alguns

têm dito, esse movimento, essa greve é legítima, porque é em defesa do emprego dos cobradores. É preciso que as lideranças, os dirigentes do mundo político e do mundo empresarial percebam que não dá para acabar com uma categoria profissional, ou seja, extinguir a sua existência por decreto. É preciso um processo de construção de longa trajetória, pelo menos de uma geração, para se extinguir uma categoria profissional. Com certeza aqueles trabalhadores são necessários no sistema de transporte coletivo da Grande Florianópolis, muito mais do que eles, aliás, precisaríamos de muitos outros trabalhadores para termos um sistema de transporte coletivo mais racional mais humano e efetivo na Grande Florianópolis.

Então, o movimento é legítimo, é uma postura humana de alto caráter porque defende a existência do trabalho, do emprego e a não extinção por decreto de uma categoria profissional. Por maior que seja o progresso da tecnologia, precisamos criar processos de transição humanizáveis, humanizados.

A proposta do vereador Afrânio Boppré de que esses trabalhadores permaneçam em seus postos contribuindo e ajudando as pessoas, inclusive com dificuldades motoras, a usarem o transporte coletivo, é uma saída que precisa ser averiguada.

Cada um tira a lição que precisa tirar. Alguns chegam à conclusão de que o transporte coletivo da Grande Florianópolis, apesar de meia boca e, olha lá se dá meia, não por responsabilidade dos trabalhadores é claro, mas pelo preço, pela demora, por não resolver o problema de mobilidade, por ser mais caro andar de ônibus do que carro particular. E já falei aqui diversas vezes que duas pessoas da mesma família que se deslocam para o mesmo trajeto todos os dias, é mais barato ir de carro ou de motocicleta, pois você compra a moto, paga combustível e a prestação da mesma com o dinheiro que gastaria andando de ônibus.

E, assim, temos esse trânsito, essa realidade caótica, esses engarrafamentos permanentes, as pessoas saindo para trabalhar ou irem à escola de carro, porque evidentemente é mais confortável, pois cada um pode escolher o horário que sairá e chegará, apesar de padecer nas filas. E é preciso pensar num sistema de transporte coletivo que seja efetivamente público, porque essa é uma concessão pública gerida por interesses privados, e o Consórcio Fênix, que ganhou a licitação do transporte coletivo na cidade de Florianópolis, na verdade, representa as mesmas figuras, a mesma história, a mesma composição, os mesmos ônibus, o mesmo preço. Alguns podem dizer: Ah, mas terá ar-condicionado! Mas já deveria ter. Na verdade não está se mudando nada.

É uma licitação para fazer de conta que agora é efetivamente público, que continua sendo privado. A caixa preta do transporte coletivo, apesar de tão prometida, continua fechada, intocada.

Precisamos pensar um sistema de transporte coletivo que seja efetivamente público, porque esse é uma concessão pública gerida por interesses privados. E o consórcio Fênix que ganhou a licitação do transporte coletivo da cidade de Florianópolis, na verdade são as mesmas figuras, mesma história, mesma composição, os mesmos ônibus, mesmo preço e dizem que terá ar condicionado, mas já deveria ter, mas na verdade não está se

mudando nada. É uma licitação para fazer de conta que agora é efetivamente público, que continua sendo privado. A caixa-preta do transporte coletivo da Grande Florianópolis apesar de tão prometida por vários prefeitos que já passaram, continua fechada, intocada.

Precisa-se pensar o sistema de transporte público efetivamente público e é preciso que os poderes públicos da Grande Florianópolis, da região metropolitana da Grande Florianópolis pensem, sim, na necessidade da criação da construção de uma empresa pública de transporte coletivo, inclusive para fazer contraponto às estatísticas e argumentos do empresariado do transporte. E isso seria racional de todos os pontos de vista, inclusive para o comércio local. Em relação à economia seria razoável podermos construir um sistema de transporte coletivo gratuito para todas as pessoas que quisessem se deslocar. O comércio ganharia esse recurso que voltaria para economia na forma de pagamento de impostos, evidentemente.

Assim, teríamos uma cidade com a metade de automóveis circulando, portanto, sem engarrafamento e com menos poluição, do ponto de vista econômico. E para a sociedade no seu conjunto, quero repetir, seria racional termos empresas públicas de transporte e termos um transporte, não apenas muito mais barato do que é, porque é caro, mas gratuito. Temos que pensar no transporte coletivo assim como se pensa na saúde, na educação, aliás, precisamos melhorar o sistema público, que está sempre com dificuldade, precisamos ter esse mesmo raciocínio, que é o direito de ir e vir. Que o direito de se locomover na cidade possa ser um direito de todas as pessoas e de todas as camadas sociais. E do ponto de vista ambiental, cultural e econômico teríamos, com certeza, uma cidade muito mais bonita, respeitável, conhecida dentro e fora do país, como uma cidade avançada. O sistema de hoje precisa ser superado por um sistema efetivamente público de transporte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Inscrita a deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL, Rádio Alesc digital ou quem nos dá o prazer de acompanhar pessoalmente esta sessão ordinária da Assembleia Legislativa neste momento.

O que me traz à tribuna no horário do nosso partido, sr. presidente, é dizer que na cidade Blumenau os servidores públicos municipais estão em greve há mais ou menos uma semana. Todos nós sabemos e sou servidora pública municipal da área da saúde, sou enfermeira, que uma greve é traumática para os trabalhadores e para as pessoas que necessitam dos serviços, principalmente os públicos. E verificamos, ontem, aqui em Florianópolis o transtorno que foi com a greve dos ônibus.

Mas sou oriunda de um movimento sindical, lutamos muito para que trabalhadoras e trabalhadores tivessem o direito à greve, a manifestações, a reivindicações. E quero dizer aos senhores e senhoras que é muito mais penoso fazer greve do que trabalhar. É muito mais traumática essa situação de quem faz a greve e para quem necessita dos trabalhos. Ninguém faz greve porque gosta! A greve é a última alternativa na busca de maior valorização dos serviços prestados. É lamentável isso, mas lutamos muito, porque se não tivessem esse direito das manifestações, os nossos trabalhadores e trabalhadoras iriam trabalhar em regime de escravidão. Foi com a organização deles que garantimos alguns direitos e entre eles o direito de negociação salarial por melhores condições de trabalho.

E os governantes, não importa quais sejam, precisam ouvir, dialogar e negociar. E o que me causou estranheza é que em Blumenau criminalizou-se o movimento, judicializou-se o movimento enquanto a nossa população sofre com a ausência dos serviços públicos essenciais. Seria muito mais fácil o choque de gestão ouvir primeiro os servidores da cidade de Blumenau, negociar com eles, fazer uma mesa de negociação permanente e ouvi-los.

Ontem a Justiça, diante de uma greve legítima, estipulou uma multa de R\$ 100 mil e ameaçou prender os dirigentes sindicais. Não podemos judicializar, criminalizar os movimentos sindicais que estão lutando por melhorias! Blumenau é uma cidade tranquila, ordeira e os servidores são de excelência no tratamento e no atendimento a nossa população. É um absurdo, srs. deputados, enquanto movimento de mascarados faz atos violentos, tocando fogo em carros, em ônibus, depredando espaços públicos e particulares, os policiais e o Poder Judiciário são lenientes, mas os servidores fazem greve pedindo a abertura de um canal de negociação, uma greve ordeira, pacífica e a força da lei é aplicada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Apenas para lembrar outro pronunciamento de v.exa. há algumas semanas aqui desta tribuna, um estuprador confesso foi mandado embora, enquanto um sindicalista, que tem legitimidade de uma categoria para representar e não amarelar na hora da representação, é mandado para a cadeia. Isso é racionalidade? Essa é a isenção do Poder Judiciário no estado? É essa é a pergunta que deixo.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É esse o absurdo que acontece na minha cidade. Um estupro de mulheres é banalizado, não se aplica a força da lei. Agora, quando os servidores públicos da cidade de Blumenau pedem a abertura de um canal de negociação, a força da lei é aplicada. É lamentável e peço ao prefeito, à equipe da prefeitura que, nesse choque de gestão no referido município, ouça primeiro os servidores públicos municipais, que abram o canal de negociação, isso nunca foi visto lá, nunca foi criminalizado o movimento, nunca foi judicializado, isso ocorre pela primeira vez.

A população quer de volta a normalidade. Os servidores querem a abertura da negociação para negociar suas perdas salariais, suas reivindicações, suas melhores condições de trabalho.

Peço ao prefeito Napoleão que ouça então essa comissão e que a lei seja aplicada para aqueles que estão trazendo problemas a nossa cidade, aquelas coisas ruins que não queremos lá. Pedimos que os policiais possam atender aos bandidos que fazem depredação na nossa cidade, não aos servidores, que de uma forma muito pacífica, estão pedindo um canal de negociação.

A outra parte, sr. presidente e srs. deputados, da minha manifestação é para abordar inclusive outro problema no estado de Santa Catarina e na cidade de Blumenau vivenciada por toda a população catarinense na área de segurança pública. Aí, sim, a lei tem que ser justa. Problemas que tenho destacado inclusive na comissão de Segurança Pública desta casa que são graves e que merecem atenção, inclusive do Poder Judiciário e do governo do estado. Como é o caso de exemplos que vou citar aqui nas cidades de Blumenau, Itajaí, Navegantes para as quais solicitamos a ida da comissão de Segurança Pública no sentido de ouvir a nossa comunidade e apresentar soluções para os problemas vivenciados diariamente pela nossa população.

Em relação a Navegantes a secretária de Segurança Pública enviou uma força-tarefa de 47 policiais para fazer o enfrentamento à criminalidade. Sabemos que será uma ação simplesmente pontual, pois são apenas 47 policiais em uma ação emergencial, que não será permanente na cidade e que por isso os problemas centrais não serão resolvidos com o baixo efetivo dos policiais militares e civis daquela região naqueles municípios da foz do Itajaí.

Em relação a Blumenau e acredito que o Poder Judiciário poderia ser mais atuante e quero abordar a situação preocupante em que vivem a nossa população.

Uma matéria veiculada, senhoras e senhores, na semana passada, pela *Ric Record*, mostrou o aumento da criminalidade na cidade e a ausência do estado no enfrentamento aos problemas relacionados à segurança.

A reportagem mostra que em Blumenau tem um policial para cada 1240 habitantes. Menos policiais do que na década de 90, quando a população era menor. Hoje a nossa população é muito maior e o número de policiais são menores, pois diminuiu o efetivo consideravelmente.

Peço, então, que a assessoria mostre esse vídeo para que os senhores e as senhoras possam ter conhecimento dessa situação.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Senhores deputados e população que está nos acompanhando, esta é a situação da cidade de Blumenau, na região do médio vale do Itajaí, no que se refere à segurança.

Por isso, penso que o Poder Judiciário e o Poder Executivo, juntamente com este Casa tinham que investir nessa tranquilidade da nossa população, do nosso comércio, das pessoas que moram na cidade. Éramos para ter um policial para cada 250 habitantes, mas na cidade de Blumenau temos um policial para cada 1240 habitantes, um número, portanto, muito mais abaixo do que o necessário, mais abaixo do que na década de 90.

Essa é uma reclamação constante, não apenas de Blumenau, mas de todo o estado de Santa Catarina. É apenas um exemplo, um grande tema que sobre o qual

temos que nos debruçar, estudar e cobrar ações do Executivo.

Muito obrigada, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra, em nome do partido, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, presidente, Padre Pedro Baldissera! Colegas deputados, colegas deputadas e também a todos que acompanham esta sessão, pela TVAL, Rádio Alesc Digital ou pessoalmente nesta Casa.

Eu assumo o horário do meu partido para fazer, de forma muito constrangedora, um desabafo e ao mesmo tempo, demonstrar a minha indignação com o tratamento que a nossa secretaria de Infraestrutura e o Deinfra estão dando à Rodovia 416, principalmente do trecho entre Pomerode e Jaraguá do Sul.

Ao longo de muitos anos esta rodovia vem, além de atender o tráfego local entre Pomerode e Jaraguá do Sul, recebendo também um tráfego pesado por conta daqueles que desviam da BR-101, especialmente os veículos pesados que se deslocam para o alto vale do Itajaí, aumentando a carga de veículos naquela rodovia.

Passaram 24 anos que aquela rodovia foi entregue oficialmente e nunca mais recebeu nenhuma melhoria. E agora ela chega ao caos, porque acostamento já não existe mais, a parte de pista rolante está esburacada, sem sinalização alguma. Estamos tentando tratar deste assunto há muito tempo junto à secretaria, em que pese o sempre bom atendimento do ex-secretário, deputado Valdir Cobalchini; do Deinfra, com um esforço especial do Paulo França, hoje deputado, à época, secretário de estado da secretaria Regional que tentou também auxiliar para que houvesse a reforma daquela rodovia. Nada aconteceu na prática.

O mais difícil é explicar que foi dividido um trecho de apenas 22km em duas partes, o chamado Alto da Serra, até o perímetro urbano de Jaraguá do Sul, com extensão de 15km. Foi feita uma licitação, entregue a ordem de serviço e a empresa vencedora iniciou as obras, mas de forma muito lenta.

No trecho mais crítico do Alto da Serra até o perímetro urbano de Pomerode, nada aconteceu. Um projeto foi elaborado e poderia ser um exemplo de melhoria, especialmente reservando uma área para pedestres, calçadas, ciclovias e também toda a pista rolante. Quero mais uma vez dizer que o secretário Paulo França fez a sua parte, mas, infelizmente, tendo em vista a burocracia do Deinfra, nada aconteceu até o dia de hoje.

Várias paralisações foram feitas, inclusive no último sábado os moradores locais, que não entendem mais a situação e estão procurando o seu próprio caminho, paralisaram a rodovia para que as autoridades possam se manifestar.

Ainda ontem e durante toda esta semana tentamos buscar informações junto ao Deinfra, nada de concreto se consegue. Não sabem onde está o projeto, em que fase está nem quando vai acontecer a licitação. É uma enrolação!

Infelizmente, como deputado da base do governo, tenho que vir aqui fazer um desabafo nesta Assembleia Legislativa, porque nada está sendo feito. E pior, semanalmente acontecem acidentes, é uma serra perigosa no trecho, principalmente na descida, para quem vem de Jaraguá a Pomerode. Uma curva chamada Três Marias vários acidentes acontecem semanalmente, inclusive fatais, pois várias pessoas já faleceram naquele trecho. Nem *guard rail* conseguimos nem sinalização para avisar que ali é uma curva perigosa. Eu não sei o que está acontecendo! Se é má vontade política ou se é realmente uma má gestão do Deinfra. Mas é lamentável que tenhamos que vir à tribuna para fazer esse desabafo e construir compromisso de que se nada de concreto acontecer nos próximos dias, vamos nos juntar ao processo de mobilização da comunidade para fechar a rodovia, a exemplo do que o deputado Manoel Mota utiliza muito quando não consegue atenção. Infelizmente! Já tenho o apoio do deputado Sargento Amauri Soares.

O ex-secretário Valdir Cobalchini, volto a dizer, também tentou interferir junto ao Deinfra para buscar informações, que são muito vagas, não existe nada de concreto. E fica uma comunidade a esperar uma solução.

É a mesma coisa com o que aconteceu com o trecho de Pomerode a Timbó, em que a empresa iniciou o recapeamento e foi embora, desmontou o seu parque de alojamento e não sinalizou, deixou a obra paralisada, sem uma resposta, e não se consegue saber o que aconteceu. Por que a empreiteira foi embora e não terminou o serviço?

É lamentável ter que se fazer esse desabafo, mas chegamos no limite da tolerância, no limite do que poderíamos esperar como deputado e como morador daquela cidade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Vou me somar ao sr. deputado Gilmar Knaesel nesses descasos que estão acontecendo na nossa região. Há um pacto da infraestrutura das estradas não está acontecendo. Entre Navegantes e o trecho de Ilhota a Luis Alves, da BR-470, está lastimável. Também o trecho entre Gaspar e Luis Alves é outro problema. A SC-108, que liga Blumenau a Massaranduba, é outro problema.

Então, é diante desses acontecimentos, ou melhor, dos não acontecimentos, é que nós, como deputados estaduais, temos que cobrar ações deste governo. E graças a Deus que v.exa. veio para este lado, para que o governo enxergue que nem tudo está às mil maravilhas e que as nossas comunidades têm cobrado sistematicamente de nós. E quando v.exa. fechar a SC-416 vamos estar presentes, assim também como em outras rodovias que a comunidade tem diuturnamente cobrado ações do governo do estado. Mas precisamos que os representantes do Deinfra e da secretaria de Infraestrutura possam sair dos seus gabinetes e ver como estão as rodovias, principalmente no médio vale do Itajaí onde é lamentável a situação.

Muito obrigada, deputado!

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o aparte, deputada Ana Paula Lima, e

com certeza vamos esperar mais uma semana para que o Deinfra se pronuncie, para depois efetivamente começarmos ações mais práticas no sentido de chamar atenção para o que realmente está acontecendo nesses trechos citados.

Deputada Ana Paula Lima, estava ouvindo o seu pronunciamento há pouco sobre a questão da greve em Blumenau, e não tenho nenhuma procuração do prefeito Napoleão para fazer a sua defesa, mas tenho certeza de que o prefeito Napoleão, como democrático que é, um pessoa que tem espírito público, vai abrir o canal de negociação, tenho certeza disso. E tenho a informação, sobre a questão da reposição do período inflacionário que o prefeito deu um reajuste de 5,90%, que é a inflação do período que ele está administrando a cidade, e que as perdas salariais que estão sendo pedidas, solicitadas pelo movimento grevista, são de períodos anteriores, e que ele, é claro, não tem como dizer que não é continuidade, pois processo político é assim, a pessoa ganha a eleição, mas herda compromissos de períodos passados. Tenho certeza que, dentro das possibilidades, o prefeito Napoleão vai abrir canal de comunicação vai dialogar com os professores, porque isso faz parte do PSDB, ser um partido que gosta de dialogar em todos os momentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pretendia e vou falar a respeito do 8º Congresso Estadual de Engenheiros Agrônomos.

Mas o deputado Gilmar Knaesel e a deputada Ana Paula Lima fizeram uma abordagem que parece adequada. Não é errado deputados que se consideram da base parlamentar do governo vir à tribuna para falar de problemas, estamos errados quando achamos que a nossa única obrigação é proteger pessoas de nossos partidos ou de nossas alianças, porque a nossa responsabilidade de Poder Legislativo é exatamente a fiscalização do Poder Executivo. E às vezes até por pudor, por ética ou por qualquer outro sentimento, nos protegemos, não falamos, não comentamos os problemas. E aí eu acho que se perde a credibilidade, porque nenhum governo é perfeito e nos cabe, como representantes, não do Poder Executivo, mas das comunidades que nos deram os votos para representá-las nesta Casa, que se diga, que se fale sobre as questões que estão preocupando a nossa sociedade.

Às questões sobre infraestrutura, de mobilidade, nós já falamos sobre acidentes de trânsito, e falamos que uma das causas dos acidentes de trânsito é também a qualidade das vias públicas. E ora, se isso é verdade, não há nenhuma dificuldade, a bancada progressista está nesta Casa para dizer sim, que se preocupa com essas questões, que vai cobrar a atenção do governo federal, do governo estadual e do governo municipal para cuidar também da qualidade das nossas vias públicas, e isto não significa nenhum desrespeito ou desalinhamento, mas comprometimento, responsabilidade com os eleitores e com Santa Catarina.

Nós temos sim falhas e desatenção com relação às vias públicas. Há necessidade de vigilância, de fiscalização mais constante. Eu passava há dias num acesso pavimentado da Serra Dona Francisca, que liga Joinville ao planalto norte, e lá constatei um fato positivo, que este governo resolveu finalmente corrigir o problema de iluminação pública, que ao longo dos últimos governos fez com quase todas as lâmpadas estivessem queimadas. Aquilo que foi feito para garantir a segurança pública na Serra Dona Francisca, na época do Espiridião Amin, e que teve a felicidade de junto com ele discutir e decidir isso, ficou abandonado pelo governo estadual e agora temos isso novamente.

Mas começam a aparecer alguns buracos naquela via que colocam em risco o tráfego das pessoas. E o que temos que fazer? Omitir isso e dizer que está tudo bem? Não. Pois se eu tenho a condição de chegar e dizer que a iluminação pública agora está melhor, que agora temos segurança pública naquela via, também tenho que vir à tribuna falar dos problemas que ainda persistem, sem nenhum tipo de preocupação. E eu espero que as autoridades responsáveis se preocupem com isso. O deputado Gilmar Knaesel e a deputada Ana Paula Lima falaram de outros problemas, e nós precisamos oferecer esses mecanismos de vigilância, de fiscalização para o bem da nossa comunidade, para o bem da nossa população.

Por fim, quero falar do 8º Congresso Estadual de Engenheiros Agrônomos, no qual o deputado José Milton Scheffer, deputado Valmir Comin, nós que este deputado estivemos em nome da bancada progressista; e o deputado Joares Ponticelli, esteve em nome de todos os 40 deputados estaduais desta Casa, prestigiando esse congresso que abriu ontem e que se prolonga ao longo desses próximos dois dias.

Eu não estou fazendo apologia da minha profissão, vou falar apenas que a minha profissão de Engenheiro Agrônomo faz parte de um cenário interessante em Santa Catarina, que já foi destacado por várias vezes e por vários parlamentares, para falar do desempenho da nossa agropecuária, dos Médicos Veterinários, dos Engenheiros Agrônomos, que fizeram com que esse pequeno espaço territorial, de 1,13% apenas, de todo o território deste país, se transformasse numa potência nessa área. E isso se deve a um conjunto de coisas como às políticas públicas, à presença de profissionais de excelência, à presença dos nossos agricultores.

E isso tudo está sendo discutido nesse Congresso Estadual de Engenheiros Agrônomos. Ontem, deputado José Milton Scheffer, não tive a oportunidade de me pronunciar na tribuna, mas me senti representado por excelência que abordou temas importantes como a necessidade de darmos continuidade ao processo de melhoria da assistência técnica, qualificação aos nossos agricultores, investimentos maiores em orçamento público para qualificação de profissionais e para melhoria da pesquisa, porque quando falamos que nosso país consegue ter equilíbrio na sua balança comercial por conta dos agronegócios não temos que nos lembrar disso apenas para falar de estatística, mas temos que saber que por trás há pessoas, que são os produtores, os profissionais e, por causa disso, vivemos bem. Quero, neste momento, trazer o nosso respeito à categoria do profissional Engenheiro

Agrônomo e saudar o evento que está acontecendo na Fiesc.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Caro, presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, quero cumprimentar o colega deputado Eni Voltolini, pelo seu pronunciamento que enriquece mais uma vez muito a pauta desta Casa, falando sobre o 8º Congresso de Engenheiros Agrônomos e da importância da Agronomia para a potência que é Santa Catarina.

Somos um estado com apenas 1% do território e somos líder em produção nacional em diversos produtos. Em Santa Catarina a agricultura lidera a pauta de exportação e por isso a importância desse 8º Congresso de Engenheiros Agrônomos que traz a Segurança Alimentar com Sustentabilidade como tema.

Por isso, quero cumprimentá-lo, deputado Eni Voltolini, pelo seu depoimento e pela sua participação ontem no congresso prestigiando e enriquecendo muito aquele evento.

Parabéns a v.exa. pelo depoimento e sucesso ao 8º Congresso de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Acolho o seu aparte que enriqueceu muito o meu pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, vou falar, primeiramente, a respeito da greve de ônibus em Florianópolis. Fala-se que é justa, que é um direito do trabalhador, e reconheço isso, mas o trabalhador que mora distante do trabalho também tem direito ao transporte - e, inclusive, para isso recebe o vale transporte - da sua casa ao seu local de trabalho. Ele é pego de surpresa porque algumas categorias de trabalhadores têm o poder de interferir na vida de todo cidadão. E os trabalhadores do transporte coletivo - porque essa situação não está sendo para o bem, e sim para o mal, pois está prejudicando toda uma população -, não têm o direito de intervir na vida das pessoas.

Eu não participei das negociações, mas acompanhei pela imprensa e posso dizer que as empresas, mesmo com essa modernização, comprometeram-se a não demitir os cobradores. Eu entendo que o diálogo é importante e que se tem que buscar junto com a administração municipal e a Justiça do Trabalho uma solução. Mas hoje a população das grandes cidades é refém do transporte coletivo. Então, o sindicato decide o dia em que terá transporte e o dia em que não terá transporte, e a população fica refém desse grupo.

Eu pude ver isso em alguns portos do país, quando o Porto de Itajaí começou a perder a disputa para o Porto de Navegantes. Porque o Porto de Navegantes, pela iniciativa privada, modernizou-se, cresceu e estava transportando

"n" vezes mais do que o Porto de Itajaí, que estava nas mãos de 80 pessoas que diziam como e quando as coisas iriam acontecer.

Então, não podemos deixar que os cidadãos brasileiros fiquem nas mãos de algumas pessoas. A lei tem que mudar essa situação.

É muito importante que haja evolução! Implantou-se o cartão e não se precisa mais do cobrador. É isso. As Casas Pernambucanas faliram porque vendiam tecido em rolo, em metro, sendo que todos queriam comprar calças e camisas já prontas.

Então, essa evolução da sociedade existe e temos que proteger o emprego e o cidadão.

Pelas declarações do representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte, não haveria demissões. Mas o sindicato não pode se reunir e dizer: "Amanhã não vai ter transporte, tal dia não vai ter transporte". E onde está o direito do cidadão que trabalha, do cidadão que tem o seu filho que estuda, do cidadão que precisa ir consultar um médico?

Então, infelizmente, a população ficou nas mãos de poucos. Acho que isso tem que ser reestudado. Temos que proteger o direito ao emprego e temos que estudar outras formas.

É a mesma questão da fumicultura, que temos falado aqui. Tem-se que dar outra opção ao produtor de fumo, porque essa é uma produção rentável, mas ela prejudica muito a saúde. Mas também não se pode cortar definitivamente essa atividade. Então, tem-se que ter cuidado nisso e oferecer alternativas.

Mas vejo que na questão do transporte coletivo temos que encontrar formas de proteger o cidadão que quer e precisa usar o transporte coletivo. A população não pode ficar nas mãos de poucos que têm a forma de impedir o direito de ir e vir dos outros para poder fazer as suas reivindicações.

Outro assunto que eu quero abordar no dia de hoje é a respeito do simulador de direção que está para ser exigido do Centro de Formação de Condutores das conhecidas autoescolas.

Na verdade, ouvi a notícia de que aqui na capital uma autoescola implantou o simulador de direção que, para mim, é mais um videogame. Serve para a pessoa ter uma noção, mas não a ensina a dirigir, não mostra a realidade do volante. A pessoa pode ter uma noção, mas não tem a realidade do volante.

Se a autoescola quer oferecer esse serviço, eu acho importante. De repente, o aluno pode querer fazer algumas aulas com o simulador, em que pese ele poder baixar um simulador até no seu computador. Mas, se ele quiser ir numa autoescola que tem simulador, acho que é um atrativo a mais e é uma forma de aquela autoescola oferecer esse serviço a mais. Agora, obrigar que todas as autoescolas tenham o simulador que custa em torno de R\$ 40 mil, acho um absurdo! As empresas que estão vendendo, e que são poucas, têm esse monopólio nas mãos no Brasil, fizeram um lobby em cima do Denatran e conseguiram uma resolução que obriga as autoescolas a adquirirem o simulador. Elas, além de fazer esse lobby, mantêm um sistema que cobra R\$ 40 mil pelo equipamento, mais em torno de R\$ 2 mil pela manutenção mensal do software. E teremos uma reunião na próxima semana com representantes das autoescolas da capital, e ontem conversamos com a deputada Luciane Carminatti, pois é um absurdo a exigência

desse simulador. Isso vem contra o cidadão que vai fazer a sua carteira de motorista.

Pela resolução do Denatran, vão-se exigir cinco aulas de simulador. Isso vai encarecer muito para as pessoas tirarem a carteira de habilitação. Quem é que paga? O cidadão! Como é que esse *lobby* é feito em cima das autoescolas, tentando convencê-las a implantar? É feito assim: "Não, vocês não vão ter prejuízo, porque vão cobrar do aluno". E ainda assim vão cobrar mais do que ele tem que pagar. Quer dizer, a autoescola vai repassar esse sistema que querem implantar, e não é caça-níqueis, é caça-milhões, e tentam convencer de que ela não vai ter prejuízo.

O sr. Adelmo Mallmann, uma das lideranças das autoescolas, e o Chico, do CFC de Chapecó, ligaram-me e posso dizer que as autoescolas estão-se reunindo. É inadmissível que hoje se venha a fazer a exigência desse simulador!

Na próxima semana teremos uma reunião com todas as autoescolas do estado e, assim como a presidente Dilma Rousseff já prorrogou a exigência do simulador, deputada Ana Paula Lima, que era para entrar em vigor em janeiro e já ficou para 1º de julho, temos a esperança, sim, já que há um movimento no Congresso Nacional, de que a presidente Dilma Rousseff sensibilize-se. Se a autoescola quiser ter o simulador como opção de ensino, que tenha, mas isso não vai diminuir em nada os acidentes de trânsito no Brasil, porque o aluno se empenha, estuda e tira a carteira. E a maioria dos acidentes ocorre por imprudência e negligência, porque depois que a pessoa está com a carteira em mãos ela não tem o cuidado necessário. Muitas vezes passa a achar que já virou um superpiloto e não toma os cuidados necessários.

Então vejo que o simulador em nada vai crescer ou reduzir os acidentes para a melhora do nosso trânsito.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Obrigada deputado Maurício, realmente isso é um absurdo, faz-me lembrar daqueles qüites de primeiros socorros que exigiam que fosse colocado em todos os carros que transitavam pelo país. Não deu em nada, um absurdo. Somente os proprietários é que tiveram gastos excessivos, mas agora não há mais a necessidade, não há mais a obrigatoriedade.

Da mesma forma o simulador. É um absurdo essa questão. Acredito que o Congresso Nacional, os nossos deputados possam inviabilizar essa questão sendo contrários ao simulador, assim como o deputado Decio Lima já se posicionou sobre isso e também o deputado Marcelo Almeida, do Paraná, que muito debate esse assunto, porque é muito entendido nessa área.

Eu acho que esta casa, alguns deputados, acredito, também são contra o simulador. O Brasil não tem essa necessidade. Isso não irá diminuir os acidentes de trânsito que tem no Brasil, isso não vai convencer os nossos motoristas a dirigir com menos velocidade, porque é essa questão, e com mais prudência no trânsito.

Então, parabéns pela sua manifestação. Tenho certeza de que os 40 deputados desta Casa serão contrários ao simulador, porque isso apenas vai aumentar despesas às autoescolas e também para quem vai ter que fazer a sua carteira de motorista.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESCUDLARCK - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, muito importante a participação de v.exa., do deputado Décio Lima e dos deputados federais. Aproxima-se o prazo que foi prorrogado de 1º de janeiro para 1º de julho e é muito importante que a presidente Dilma sensibilize-se e que o Congresso Nacional não tome essa decisão para evitar mais essa situação. Se as autoescolas quiserem ter um simulador é um acessório a mais. Hoje já se consegue baixar pela *internet* um simulador de direção. Logo, logo as pessoas vão poder utilizar-se desse artifício. É quase como um videogame. Então, se alguém quiser ter poder. Agora, exigir das autoescolas a aquisição desse equipamento, fazer com que o aluno pague para passar pelo simulador é um desrespeito, um crime contra a economia popular. Então, que sejam aplicadas mais aulas práticas de direção, de prevenção, para contribuir com a educação no trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar n: 0021/2013 e aos Projetos de Lei n.s: 0024/2008, 0034/2011, 0093/2014, 0098/2014, 0205/2012, 0265/2013, 0278/2013, 0376/2013, 0475/2013, 0485/2013, 0576/2011.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0109/2014 e 0228/2013.

Srs. deputados, neste momento, passo à condução dos trabalhos, da Ordem do Dia de hoje ao nosso presidente, deputado Joares Ponticelli, com as votações das redações finais de alguns projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sra. deputada Ana Paula Lima, sr. deputado Paulo França, deputado Valmir Comin, deputado Sílvio Dreveck, o deputado Padre Pedro Baldissera determinou que este deputado assumisse a Presidência e o farei porque não quero brigar com ninguém, muito menos com um padre.

Votação da redação final ao Projeto de Lei n. 0009/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

E por falar em Nova Trento, deputado Padre Pedro Baldissera e deputada Ana Paula Lima, no dia 09 de junho será realizada no município de Nova Trento a sessão solene, aquela sessão que cada deputado tem direito a uma por ano, e a sessão que este deputado escolheu para este ano de 2014 fará menção aos 12 anos de canonização de Santa Paulina, às irmãszinhas que fazem um belíssimo trabalho e à transformação que houve em Nova Trento, porque o turismo religioso é, deputada Ana Paula Lima, o segmento que mais vai crescer neste século, todos os estudos apontam para isso. E eu quero convidar a deputada Ana Paula Lima, que é da região, aliás, é de várias regiões, até no extremo sul tem andado bastante ajudando os deputados Manoel Mota, José Milton Scheffer e outros.

A referida sessão ocorrerá numa segunda-feira, o que possibilita a participação

de todos, deputado Valmir Comin, deputado Paulo França e deputado Sílvio Dreveck, mas naturalmente, que a presença mais importante para todos nós será a do deputado Padre Pedro Baldissera, com quem gostaríamos muito de contar.

Gostaria de dizer, também, deputado Sílvio Dreveck, que já determinamos a subscrição de v.exa., que participou da construção do requerimento.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Nós procuramos, assim como v.exa., atender todos os municípios do estado de Santa Catarina.

Essa é a nossa função por toda Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, v.exa. que agora é integrante da defesa do nosso estado. Certamente vamos estar lá, realmente será uma belíssima sessão, uma justa homenagem àquele município e também às irmãszinhas que fazem um trabalho maravilhoso, destacando inclusive o turismo religioso.

O deputado Padre Pedro Baldissera - e é por isso que peço a palavra - está de aniversário hoje. Gostaria de parabenizá-lo e desejar que Deus lhe abençoe nessa sua trajetória, com muitos anos de vida. Que v.exa. faça um brinde à vida, deputado Padre Pedro, e que possamos comemorar lá em Nova Trento, com um bom vinho, pois sabemos que v.exa. é um apreciador.

Inclusive, teve um evento ontem aqui, dando destaque a todas as nossas vinícolas do estado de Santa Catarina, que muito têm nos honrado com a fabricação de bons vinhos no nosso estado.

Parabéns, deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, muito obrigado pela lembrança.

É um dia importante para o deputado Padre Pedro Baldissera, o dia do seu nascimento, e eu quero aproveitar para justificar, deputado Padre Pedro Baldissera, a minha ausência ontem no evento, que v.exa. conduziu muito bem. Mas eu estava, naquele exato momento, representando a Casa, juntamente com os deputados Eni Voltolini e José Milton Scheffer, na abertura do 8º Congresso dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, motivo pelo qual não pude participar do evento de ontem nesta Casa.

Quando saí vi o grande número de pessoas chegando. V.Exa. consolidou esse evento que é uma iniciativa sua. Parabéns!

Aliás, ontem, lá no Congresso dos Engenheiros, foi falado sobre o crescimento da vitivinicultura no estado de Santa Catarina.

Parabéns a v.exa. duplamente, pelo aniversário, que Deus lhe proteja, e que lhe dê longos anos de vida para continuar fazendo o bem para a gente catariense.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0025/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0046/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0062/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Deputado Eni Voltolini, v.exa. certamente vai participar do encontro novamente. Deputado José Milton Scheffer, é importante avisar que hoje ainda esta Presidência vai assinar o autógrafo dessa alteração e encaminhar a S.Exa., o governador Nelson Schaefer Martins, para quem sabe, sancionar ainda antes do final do congresso esta alteração, já que aquele evento está muito prestigiado.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0068/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0078/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0081/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0096/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0101/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0128/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0315/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0389/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0462/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0593/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s. 0509/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0510/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira.

O Sr. deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, temos uma notícia muito boa para Santa Catarina e para o Brasil.

Todos nós sabemos que o Denatran baixou uma resolução exigindo o malfadado simulador às autoescolas em todo o Brasil a partir de julho.

E houve uma grande mobilização em Santa Catarina e no Brasil, inclusive, estive na reunião do Sindemosc, presidida pelo dr. Murilo, sábado, pela manhã, em Balneário Camboriú, e havia uma indignação das autoescolas de Santa Catarina e do Brasil, porque este simulador - e isso está provado cientificamente - não contribui em nada na formação dos condutores e custa R\$ 50 mil para cada autoescola, mais o *software* e o operador.

Na verdade, era um projeto, no meu entendimento, de caça-níquel. E a comissão de Justiça já havia rejeitado o projeto de lei que incluía o simulador no Código de Trânsito. Inclusive, deputado Ana Paula, o deputado Décio Lima foi citado elogiosamente na reunião das autoescolas no sábado pela manhã. E tramita na Câmara dos Deputados um projeto que revoga essa resolução, mas, infelizmente, sr. presidente, no Brasil os Conselhos estão legislando.

Mas ontem, à noite, houve um acordo da bancada do governo com a Presidência da Câmara dos Deputados, e ficou acertado que será revogada essa lei e será opcional a instalação, a aquisição do simulador. E se o governo não tomar uma providência até dia 5, o presidente colocará em pauta o projeto que revogará definitivamente essa lei.

Então, essa é uma grande notícia. Nós havíamos agendado para dia 11 com o Sindemosc um movimento nesta Casa com as autoescolas de Santa Catarina, portanto, não se faz necessário porque o objetivo foi alcançado.

Então, esse evento, essa mobilização aconteceria no dia 11, já havia conversado com

a deputada Luciane Carminatti e com alguns deputados, mas acabei de falar com o sindicato desmarcando, suspendendo esse evento, porque ele não se faz necessário, já que a grande mobilização no Brasil inteiro logrou êxito e tiramos mais essa incumbência, essa ação que iria onerar as autoescolas em Santa Catarina e no Brasil. Agora as autoescolas estão mais tranquilas, podem formar os nossos condutores com mais tranquilidade e com menos custo, sobretudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Darci de Matos, parabéns pela mobilização, pelo envolvimento. Aliás, v.exa. já tinha adiantado por telefone o assunto pedindo.

Que bom que a Câmara e a bancada governista tiveram este entendimento, já que o governo federal vai adotar esta medida.

Portanto, é uma conquista que v.exa. tem muito mérito juntamente com outros parlamentares e outras lideranças.

Parabéns a v.exa.!

Srs. deputados, como não há mais oradores inscritos, esta Presidência solicita a v.exas. que permaneçam em plenário porque vamos instalar a 17ª Legislatura do Parlamento Jovem.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, se v.exa me permite, e sei que o senhor é sempre generoso, faz parte dos parlamentares do sul do estado e de Santa Catarina essa generosidade, quero citar a presença do vereador Alois Mikalovicz, da vereadora Djana Paula Matoski, do PDT, do município de Papanduva e da prefeita mais jovem, mais competente, Ana Paula da Silva, da praia mais bonita do Brasil, Bombinhas.

A Paulinha está aqui nos visitando, acompanhada do vice-prefeito Paulinho, Paulo Henrique Dalago Muller, que também é um líder e atua fortemente na área das autoescolas em Santa Catarina.

Sejam bem-vindos!

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também destaca e agradece a presença de todas as lideranças nominadas pelo nosso querido deputado Darci de Matos.

Srs. deputados e sra. deputada Ana Paula Lima, que ao longo desses anos todos renova, assim como nós a esperança na política, na democracia, no Parlamento, cada vez que chega aqui uma nova turma, uma nova legislatura do Parlamento Jovem.

Deputada Ana Paula Lima, que bom possamos mais uma vez receber esta turma. Ontem, tive a oportunidade de receber na Presidência os oito membros da Mesa Diretora da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem. O deputado Eni Voltolini, o deputado Sargento Amauri Soares e o deputado Aldo Schneider lá estavam no momento em que os oito deputados integrantes da Mesa Diretora fizeram o resumo das matérias que vão debater hoje à tarde na sessão plenária do Parlamento Jovem.

E nos chamou a atenção, deputada Ana Paula Lima, que a maioria esmagadora dos projetos, deputado Eni Voltolini, deputado Sargento Amauri Soares, v.exas. que acompanharam, tem como foco principal a

preocupação com o ambiente, com a preservação das nascentes da água, com o desenvolvimento sustentável, o que demonstra que há uma consciência crescente, sustentável desses jovens.

O segundo aspecto que considerei extremamente positivo, e aí deputado Sargento Amauri Soares, deputado Paulo França, deputado Silvio Dreveck, deputado José Milton Scheffer, deputado Eni Voltolini, deputado Padre Pedro Baldissera e deputado Paulo França: temos que colocar as barbas de molho. Especialmente v.exas. porque na 17ª edição do Parlamento Jovem 65% dos participantes são mulheres. Muito diferente da realidade desta Casa, onde temos apenas 10% da participação feminina.

No Parlamento Jovem deste ano, v.exa. verá daqui a pouco, deputada Dirce Heiderscheidt, que 65% dos deputados eleitos para 17ª Legislatura do Parlamento Jovem são mulheres. E o interessante é que a cada nova edição - e tenho participado sempre até porque dirigi a Escola do Legislativo por seis anos, e gostei muito do programa - há um número crescente de mulheres.

Espero que isso seja um indicativo e uma esperança de que possamos ter mais mulheres se candidatando, concorrendo e se elegendo vereadoras, prefeitas, vice-prefeitas, deputadas estaduais, federais, senadoras, governadoras, como temos a presidente do Brasil, porque, deputado Paulo França, eu também sou dirigente partidário, e v.exas. sabem que não é fácil, deputadas Ana Paula Lima e Dirce Heiderscheidt, para o meu e para qualquer outro partido, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que também é dirigente deve estar sentido o drama de sensibilizar, convencer, conchamar mulheres a participarem do processo.

Nós devíamos ter sido competentes como dirigentes ao longo do tempo, mas também sabemos que para a mulher a atividade política é ainda mais difícil do que para o homem. Eu dizia ontem para os estudantes que a atividade política tem *glamour* e gera a sensação de que você é o dono do mundo, é o centro das atenções. Parece uma vida de *glamour*, mas na verdade, empreender mandato no dia a dia não é missão fácil e mais difícil ainda para as mulheres, que tem múltiplas atividades. Ter que sair daqui de quinta-feira a segunda-feira para cumprir uma agenda que se empreende no interior, deputado Padre Pedro Baldissera, não é fácil. Alguns pensam, equivocadamente, que o forte do nosso trabalho é estar presente neste Parlamento ou nas comissões. Não é aqui não!

Eu digo sempre, deputado Eni Voltolini, que aqui fisicamente é onde menos se desgasta porque a pedreira mesmo é de quinta-feira a segunda-feira quando se volta para as bases, porque a nossa democracia é representativa e ninguém pode representar bem aquele com quem não convive, deputada Ana Paula Lima.

Por isso, no final de semana temos rodeio, festa, futebol, concentrações populares para sentir e ouvir a população. E se para o homem a jornada já não é fácil, mais difícil ainda é para as mulheres. Estimo a bancada feminina, que é pequena, mas dá uma mão de obra para a Presidência, e procuro sempre atendê-la, porque vocês realmente merecem a nossa consideração pela dureza que é empreender mandato.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vou conceder a palavra a v.exa. depois que eles estiverem em plenário até porque v.exa. é a grande defensora, foi quem trouxe esta proposta para a Casa. O deputado Lício Mauro da Silveira, de saudosa memória, foi o primeiro entusiasta. Eu, ao longo daqueles seis anos que presidi a Escola do Legislativo dediquei-me muito, assim como o deputado Gelson Merisio, nosso atual presidente, sob a coordenação da Carla Vieira Pedrozo.

Por isso, peço que ocupem os seus lugares aqui na mesa, pedindo aos queridos deputados Padre Pedro Baldissera e Silvio Dreveck que acompanhem do plenário porque vamos chamar agora a Mesa Diretora da 17ª Edição do Parlamento Jovem. Mesa Diretora esta que será presidida por uma mulher, uma joinvilense, deputado Eni Voltolini.

Portanto, apresento os membros da Mesa Diretora da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem. Temos oito integrantes que irão representar as oito mesorregiões de Santa Catarina. Cada mesorregião elege cinco deputados que vezes oito mesorregiões formam os 40 integrantes do nosso Parlamento. Diferente da nossa que são sete integrantes.

Vejam que temos, além da maioria no plenário, também uma maioria de mulheres na Mesa Diretora. São cinco mulheres para três homens apenas. Aqui estão um de cada mesorregião de Santa Catarina e, à tarde, então, vão fazer a sessão plenária.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Antes de declarar empossados os parlamentares jovens, vamos ouvir aquela que é tão entusiasta deste projeto, nossa querida deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Joares Ponticelli, também gostaria de saudar a coordenadora da Bancada Feminina, deputada Dirce Heiderscheidt e os demais parlamentares. Uma saudação muito especial à Mesa Diretora da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem.

Ouvindo atentamente a sua manifestação, deputado Joares Ponticelli, a nossa luta realmente é para que homens e mulheres participem deste momento tão importante da vida política que vivencia o nosso país. Mas a participação das mulheres ainda é pequena na vida política, porque é algo novo, há um pouquinho mais de 80 anos tivemos o direito a votar e sermos votadas.

Então, é muito jovem ainda! Se quisermos a participação das mulheres teremos que fazer políticas públicas também para que elas possam participar da vida política.

Aqui faço um apelo aos partidos políticos para que dêem as mesmas condições para homens e mulheres disputarem as eleições porque é muito difícil fazer uma campanha eleitoral.

Então, a participação da mulher e de homens é imprescindível. Mas eu sou mais entusiasmada ainda, sr. presidente e jovens aqui presentes, é que a juventude participe deste processo, que meninos e meninas possam participar deste processo, que a juventude entenda que a política é essencial para a nossa vida e que é através dela que fazemos as transformações que tanto sonhamos.

Sou entusiasta, sim, deste projeto do Parlamento Jovem porque esta Casa tem que abrir as portas para que os nossos jovens possam conhecer o que faz um deputado na vida política. E que esta Casa possa também proporcionar a mudança da vida das mulheres catarinenses e que elas possam participar mais deste processo.

Então, parabéns a vocês que tiveram coragem, sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, de passar pela primeira eleição. Tenho certeza de que todos que passaram por aqui vão ser os futuros deputados e deputadas em Santa Catarina. Parabéns a todos vocês, à Escola do Legislativo e ao sr. presidente, que desde o primeiro momento foi defensor da ideia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputada Ana Paula Lima, muito obrigado. Esta é uma construção da Casa, é um dos melhores programas que a nossa Escola do Legislativo empreendeu exatamente pela renovação de esperança que ele nos dá.

Ontem eu dizia para eles, deputado padre Pedro Baldissera, que na idade deles eu, v.exa. e muitos outros ainda estávamos na roça ou em outras atividades que não nos permitia, nesta idade, sequer compreender como é que se faz a divisão dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas eles estão tendo uma oportunidade ímpar de ainda na adolescência, na juventude terem a informação, o privilégio de vivenciar esta semana, pois estiveram visitando vários órgãos do governo, gabinetes, viram os gabinetes da Casa, nos observaram aqui no plenário, fizeram algumas críticas até, positivas, que têm que ser feitas e que a gente as recebe com humildade.

Ontem eu dizia para eles aproveitarem bem essa oportunidade, porque eu não tenho nenhuma dúvida de que daqui a alguns anos alguns desses estarão aqui sentados permanentemente por um ou vários mandatos nestas cadeiras ou nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras em órgãos públicos, no Ministério Público, no Judiciário e farão, quando lá chegarem, muito melhor do que nós fazemos, porque nós não tivemos essa oportunidade de aprender na melhor fase da vida, na fase em que a gente mais consegue assimilar as coisas na grande fase do aprendizado. Aproveitem bastante.

Este Poder é muitas vezes incompreendido por alguns setores da sociedade provocado pela grande mídia. Muitas vezes somos apresentados como um Poder que não dá as respostas que a sociedade espera. É verdade que a gente não consegue dar com a agilidade que gostaríamos, mas não é verdade o que alguns dizem que essa é uma Casa que muito consome dos recursos públicos e pouco devolve à sociedade. Saibam que esta Casa, que esse Poder é o grande responsável por sustentar a democracia neste país, porque é a Casa dos diferentes, é a Casa da defesa das ideias, é a Casa dos combates.

Por isso, não haverá uma democracia forte se este Poder, se esta casa não for cada vez mais fortalecida, mais revigorada e mais defendida. Este aqui é o grande pilar, é o grande sustentador da democracia e vocês precisam fazer esse embate também contra aqueles, deputado Sargento Amauri Soares, que às vezes nos atacam com objetivos outros, porque não conseguem viver com a democracia. Eu não conheço nenhum exemplo de um regime democrático forte sem um Parlamento forte.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu estava em dúvida se deveria falar, justamente porque via que v.exa. fazia uma bela explanação introdutória da atividade que vem a seguir.

Mas eu queria, a partir de um aspecto do pronunciamento de v.exa., quando se referiu ao deputado Padre Pedro Baldissera, que aos 15 anos de idade estavam lá na agricultura e não tinham oportunidade, assim como eu e diversos outros deputados que compõem esta casa hoje. Mas eu creio que posso afirmar com certeza que nós tínhamos um costume, uma cultura, uma prática que eu creio que faz bastante falta para os jovens de hoje, que é ler. Eu creio que vocês estão aqui porque têm essa prática, mas precisamos difundir-la no conjunto da juventude.

Quero aproveitar essa oportunidade para dizer que o segredo da vida está nos livros. É preciso dizer que tem modernidade não apenas no computador, na *internet*, pois o segredo da vida está nos livros. Eu creio que o deputado Joares Ponticelli, nosso presidente, nesta idade estava também, além de trabalhar, agarrado a livros. Isso faz toda a diferença na vida da sociedade inteira. Aceitemos as modernidades, que também trazem livros em formato eletrônicos, e procuremos o livro certo,

que seja agradável a leitura e que possa inspirar a viver uma sociedade diferente daquela correria cotidiana que talvez não seja a melhor.

Agradeço o aparte e quero dizer aos 40 parlamentares do Parlamento Jovem que aqui estão, para que tenham essa prática que precisa ser difundida para o conjunto da juventude, porque é isso que o nosso país e a sociedade inteira precisa muito. Obrigado pelo aparte e parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu já sabia que v.exa. daria uma boa contribuição e um bom conselho para esses jovens que aqui estão.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. presidente, tive ontem três momentos de muita felicidade quando recebíamos todos os 40 parlamentares jovens. Depois nos gabinetes, quando as representações de Mafra e de Joinville lá estiveram, quando pude confirmar aquilo que tinha ouvido lá no seu gabinete, ou seja, a preocupação de jovens com relação ao futuro. As pessoas, às vezes, criam esses chavões, essas frases feitas de que o nosso jovem hoje está desconectado, para nós que já somos daquela geração que adotou a cor da moda ao pintar os cabelos de branco, nada melhor do que poder saber que as coisas estão muito bem encaminhadas. O Parlamento jovem

é um desses momentos onde a gente consolida isso e que nos assegura que a verdadeira política tem, sim, um bom caminhar.

Então, a bancada progressista, da qual v.exa. faz parte, sente-se muito feliz e saúda todos os 40 parlamentares e a Mesa Diretora do Parlamento Jovem, desejando-lhes de todo o coração, que possam espalhar pelo estado todo essa boa experiência que alimenta essa boa expectativa que todos nós temos apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Quero destacar que aqui estão os oito membros da Mesa Diretora e nas galerias estão os demais deputados da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem.

Agora, sim, esta presidência declara empossados os membros da 17ª Legislatura do Parlamento Jovem e passa a palavra à presidente Suelem, para fazer a convocação para a sessão ordinária da 17ª Legislatura na tarde de hoje.

(Procede-se à convocação.)

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, às 19h, em Blumenau, em homenagem aos Sindicatos Representativos dos Trabalhadores da cidade de Blumenau.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO SOLENE

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2014, EM HOMENAGEM AOS

SINDICATOS REPRESENTATIVOS DOS TRABALHADORES DA CIDADE

DE BLUMENAU,

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convindo as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa.

Excelentíssimo sr. vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, presidente da Câmara de Vereadores do município de Blumenau;

Excelentíssimo sr. Adriano Pereira, vereador do município de Blumenau;

Sr. dr. Osmar Packer, neste ato representado o Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Gaspar e Indaial;

Sra. Sílvia Betina Wanser Lindner, coordenadora do Sinte - Sindicato dos Trabalhadores na Educação da Rede Estadual de Ensino - regional de Blumenau;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores deputados, a presente sessão em homenagem aos sindicatos representativos dos trabalhadores e trabalhadoras do município de Blumenau foi convocada por solicitação desta deputada e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Também agradeço a presença e nomino aqui a representação sindical do sr. Alan Roberto Ruediger, tesoureiro e representante do Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Crédito do estado de Santa Catarina; do sr. Luiz Fernandes Junior, presidente do Sindicato dos Músicos Profissionais de Blumenau; do sr. Paulo Fernando Link, representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Blumenau; do sr. Adilson José Anziliero, representando o Sinvac - Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Segurança Privada e Orgânica de Blumenau e região; da sra. Sílvia Betina Linder, coordenadora do Sinte - Sindicato dos Trabalhadores na Educação da rede estadual de ensino regional em Blumenau; do sr. José Jovino da Silva, carinhosamente conhecido como Zezinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Institutos de Beleza, Cabeleireiros e Similares de Blumenau; da sra. Catia Hackbarth, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Blumenau;

do sr. Carlos Antônio Keller, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Bebidas, Fumos e Afins do município de Blumenau; do sr. Alberto Francisco Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau; do sr. Moacir Effting, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica da Comunicação Gráfica e Serviços Gráficos de Blumenau e região; do sr. Osmar Packer, já presente na mesa, representando o Sintrafite - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Gaspar e Indaial; da sra. Lourdes Rodrigues, representando a Associação das Empregadas Domésticas e Diaristas de Blumenau; da sra. Eleonora Evalt, representando o Sindicato dos Empregados de Empresas Prestadoras de Serviço, Asseio e Conservação de Blumenau e região. Também cumprimento o Lucas Eduardo da Silva e o presidente da União da Juventude Socialista do município de Blumenau, bem como o Célio Horn, aqui representando o PCdoB.

Muito obrigada pela presença de todos.

Muito boa-noite, muito bem-vindos.

Hoje, a Assembleia Legislativa e toda a sua equipe estão em Blumenau, deslocaram-se de Florianópolis para fazer esta justa homenagem àqueles e àquelas que constroem uma cidade, um estado e um Brasil cada vez melhor, que são os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras.

Estamos chegando ao fim do mês de maio, quando comemoramos dentre tantas outras datas representativas o mês do trabalhador e também do sindicalismo.

Esta é uma sessão solene da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, proposta por nós e aprovada por unanimidade, pelo conjunto de deputados e deputadas estaduais.

Neste momento, eu convido para fazer uso da palavra o sr. Adriano Pereira, vereador do município de Blumenau.

O SR. VEREADOR ADRIANO PEREIRA - Boa-noite a todos!

Quero cumprimentar a deputada estadual Ana Paula, o presidente da Câmara de Vereadores, os representantes da mesa, todos os demais sindicatos, todos os sindicatos aqui presentes. Cumprimento a deputada por esta iniciativa ainda no mês de maio.

Na noite de hoje, nesta solenidade, reconhecendo o trabalho importante que fazem os sindicatos, os diversos sindicatos que hoje recebem esta justa homenagem, fico aqui pensando o que seria do Brasil, o que seria do povo brasileiro, o que seria dos trabalhadores, sem a presença dos sindicatos fazendo a luta à frente dos direitos dos trabalhadores, nas mais diversas categorias, aqui de Blumenau, na nossa região também.

Parabéns a todos, parabéns, deputada, pela iniciativa, parabéns à Assembleia Legislativa. Que esta noite realmente seja a noite de reconhecimento a tudo aquilo que vocês fazem e representam por todas as suas classes.

Parabéns!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, vereador Adriano.

Convido para fazer uso da palavra o presidente da Câmara Municipal de Blumenau, vereador Vanderlei Paulo de Oliveira.

O SR. VEREADOR VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA - Neste momento, em nome do Poder Legislativo de Blumenau, saúdo a deputada Ana Paula Lima, felicitando s.exa. pela feliz iniciativa de trazer a Assembleia Legislativa até Blumenau e agregar, congregando todos os trabalhadores num momento de reconhecimento desse trabalho.

Deputada Ana Paula Lima e quem está presente, talvez este Plenário pudesse estar vivendo outro momento, mas quis a história que a deputada Ana Paula Lima e a Assembleia Legislativa fizessem no dia de hoje esta homenagem, num momento dos mais complicados que vivemos na história recente de Blumenau.

São várias categorias, com várias lutas. Os nossos servidores municipais estão com um impasse pesado na sua relação com o Executivo municipal. E talvez, por isso, o próprio Executivo municipal não esteja representado nesta noite, pela dificuldade da relação que tem mantido com as organizações sindicais da nossa região.

No entanto, apesar deste momento ser atípico, nós da Câmara de Vereadores de Blumenau, através da minha pessoa, na condição de presidente, e o vereador Adriano

Pereira, na condição de membro da Casa, fizemos questão de estar presentes com vocês hoje, porque é uma forma que encontramos de reconhecer o trabalho da deputada Ana Paula Lima, reconhecer a importância deste momento e reconhecer os homens e mulheres que militam na representação, na atuação e na defesa dos trabalhadores. Para quem tem lado não existe dificuldade em estar agora nesta sala, mas para quem não tem lado é muito complicado estar presente nesta sala.

Um abraço a todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, vereador Vanderlei Paulo de Oliveira.

Neste momento, faço uso da palavra na qualidade de autora do requerimento desta sessão solene.

A Assembleia Legislativa faz inúmeras homenagens, e cada deputado escolhe os seus homenageados. Então, nada mais justo do que no mês de maio fazermos homenagens aos que constroem a riqueza do nosso país, do nosso estado e da nossa cidade.

Por isso, esta é uma justa homenagem que o Poder Legislativo Catarinense faz para com aqueles que são os responsáveis e que têm a missão de lutar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

(Passa a ler.)

“Senhoras e senhores, o país vive hoje um momento de ascensão perante os olhos do mundo. Nosso modelo de desenvolvimento com inclusão social está transformando o nosso país, o Brasil, em um país de economia forte e diminuindo as desigualdades sociais.

Nos próximos anos vamos nos tornar a quinta economia do mundo. É para os trabalhadores que as mudanças estão sendo realizadas. Vocês que estão nos campos, nas fábricas, nas lojas, nos escritórios e nas suas casas sabem bem que estamos vencendo a luta mais difícil e mais importante: a luta contra o desemprego.

Não tenho dúvida de que um país que consegue vencer a luta do emprego nos dias difíceis que a economia internacional atravessa é capaz de vencer muitos outros desafios.

Esta homenagem que o Poder Legislativo presta hoje aos sindicatos é uma homenagem a cada trabalhador e a cada trabalhadora de Blumenau e dos municípios do médio vale do Itajaí. E ao homenagear esta região de um povo trabalhador e berço do empreendedorismo, presto minha homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras do estado de Santa Catarina.

É fundamental reconhecer a importante função do trabalhador no processo de desenvolvimento do país e do sindicato, na garantia dos direitos das classes.

A data 1º de Maio é o dia do trabalhador e da trabalhadora em reverência à luta daqueles que em Chicago, nos Estados Unidos, nesse dia, em 1886, saíram aos milhares às ruas para reivindicar melhores condições de trabalho”, como tem acontecido agora nos últimos dias, na nossa cidade, pelos servidores públicos municipais.

(Continua lendo.)

“E lá em Chicago houve repressão, mortes, e a partir de então, por decisão da Segunda Internacional Socialista, a data passou a ser comemorada em vários países

como um marco da luta dos trabalhadores. E daí para o processo de criação do sindicato foi um passo.

No Brasil, o movimento sindical efetivou-se basicamente no século XX, em decorrência do processo de industrialização.

No início, em São Paulo, os sindicalistas ativos eram os anarquistas italianos que, pretendendo uma ordem social mais justa, desencadearam uma onda de rebeliões, repelida mediante violenta repressão policial.

No Rio de Janeiro, o movimento sindicalista era diferente. Focava causas mais imediatas, tais como a melhoria de salários e a redução do horário de trabalho.

Mais tarde, em 1930, o governo federal criou o ministério do Trabalho e em 1931 regulamentou a sindicalização das classes patronais e operárias e a unicidade sindical, além da regulamentação do trabalho e dos Institutos de Previdência Social.

Entretanto, as organizações sindicais passaram a ter caráter paraestatal, a greve foi proibida e foi instituído o imposto sindical.

Mas em 1964, com o golpe militar, foi precipitado a uma longa e tenebrosa noite. Não somente o sindicalismo, mas a democracia em geral.

Por outro lado, a repressão também provocou o surgimento do ‘novo sindicalismo’, nascido das greves do ABC paulista em 1978. Aos poucos a esperança vai vencendo o medo.

E assim, exatamente no seio do sindicalismo, nasceu a maior liderança política do nosso tempo. O Brasil, pela força e expressão do sindicalismo, elegeu um trabalhador sindicalista como presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em decorrência da experiência sindical e das lutas em favor das causas populares, o governo de cerne trabalhista promoveu uma série de programas sociais com resultados sem igual no mundo.

Há 10 anos, e os senhores e as senhoras sabem disso, o salário mínimo equivalia a US\$ 70, hoje corresponde a US\$ 340, mais de 80% dos trabalhadores brasileiros tiveram reajustes acima da inflação.

O nosso salário mínimo cresceu de R\$ 240,00 para R\$ 724,00. E a tendência é continuar a política de valorização do salário-mínimo, que tantos benefícios vem trazendo para milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

A valorização do salário-mínimo tem sido um instrumento efetivo para a diminuição da desigualdade e para o resgate da grande dívida social que o governo ainda tem com os nossos trabalhadores mais pobres.

Nós também avançamos na aprovação de leis no Congresso Nacional. Tivemos conquistas também para várias categorias, como, por exemplo, a aprovação dos direitos do empregado doméstico ainda por regulamentar, mas já firme na essência. Mas precisamos avançar ainda mais e fazer a verdadeira reforma trabalhista que tanto lutamos, e os senhores e as senhoras sabem disso, garantir a redução da jornada de trabalho, melhorias na política de saúde do trabalhador e na redução dos tributos.

Vejam que 36 milhões de brasileiros saíram da pobreza extrema e 42 milhões alcançaram a classe média - a pobreza no Brasil caiu três vezes mais do que a meta da ONU.

Foram gerados, senhoras e senhores, 24,5 milhões de novos empregos, nos últimos 11 anos.” Podemos verificar, andando em cada

cantinho do nosso estado e da nossa região, sempre as plaquinhas com os dizeres “há vagas”. Tempos atrás não tinha o que estamos vivenciando hoje.

(Continua lendo.)

“Há dez anos consecutivos a inflação está controlada nas margens estabelecidas, num ambiente de crescimento da economia, do consumo e do emprego.

O Pronatec qualificou mais de 5 milhões de trabalhadores. Prouni, Pronatec, Fies, novas universidades, centenas de escolas técnicas estão democratizando o acesso à educação no nosso país. Aqui mesmo podemos verificar o Sesi, o Senac e também o Instituto Federal de Educação, bem como a Universidade Federal de Santa Catarina que já está em nossa cidade e em outras partes também da nossa região.

A novidade é que o Brasil deixou de ser vulnerável e tornou-se protagonista, para o desespero das mentes colonizadas, que admiram e exaltam os chamados países ricos e depreciam tudo que é nosso, a nossa terra as nossas riquezas e a nossa gente.

E de onde veio essa força propulsora? Veio de vocês, dos sindicatos, da coragem de homens e mulheres que enfrentaram e enfrentam o capitalismo selvagem e excludente. Veio da força e da coragem dos sindicatos dos servidores públicos de Blumenau que se faz presente.

Mas a luta dos trabalhadores e trabalhadoras é permanente. A história do sindicalismo de Blumenau é extraordinária. Aqui temos um dos maiores sindicatos de trabalhadores da América Latina, o Sintrafite, protagonista da maior greve deflagrada na história de Blumenau, em março de 1989, que ficou para a história do nosso país.

Na ocasião, 35 mil trabalhadores têxteis paralisaram suas atividades nas grandes fábricas e foram para as ruas lutar pela reposição salarial de mais de 87%, perdida com o Plano Verão, e que participaram da greve-geral organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central-Geral dos Trabalhadores (CGT). O movimento ficou para a história da cidade como uma luta corajosa da categoria contra a força do capital.

Assim, também como os trabalhadores têxteis, temos as ações efetivas dos trabalhadores e de seus sindicatos, como dos servidores públicos municipais, dos prestadores de serviços, dos gráficos, da construção civil, dos cabeleireiros, dos eletricitários, dos trabalhadores no transporte coletivo, dos vigilantes, metalúrgicos, vestuários, domésticas, trabalhadores rurais, vidreiros, professores da rede estadual, comerciários, músicos, servidores do ensino superior, trabalhadores na alimentação, fiscais da fazenda e cooperados. Quanta luta realizada, quantas conquistas, quantas decepções, quantas vitórias.

A nossa homenagem da Assembleia Legislativa é a todos vocês e a todos os homens e mulheres que ajudaram a construir a história de cada sindicato aqui representado.

Agora e aqui mesmo na nossa Blumenau tem gente nossa reivindicando nas ruas e enfrentando atitudes que nunca vivenciei na nossa cidade, que tentam dividir e jogar a população contra as entidades da classe trabalhadora. Nunca foi vivenciado isso na nossa cidade.

Não podemos aceitar a criminalização dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. E vocês sabem o quanto é difícil

negociar às vezes com o patrão e o quanto foi difícil chegarmos a esse momento.

Então, é inadmissível judicializarmos e criminalizarmos os movimentos sociais, principalmente o movimento sindical. É inadmissível que uma administração pública, mesmo o Poder Judiciário, ameace de prisão dirigentes sindicais que representam legitimamente os seus associados. A greve sempre é a última alternativa ao movimento de luta dos trabalhadores. E sofremos muito para realizá-las.

Também sou oriunda do movimento sindical, sei o quanto isso é difícil.

Em nome do Poder Legislativo catarinense manifesto a nossa solidariedade aos servidores públicos municipais e aos seus dirigentes. E apelo ao governo municipal que reveja a sua intenção de criminalizar a entidade sindical e seus dirigentes que representam com dignidade os valores servidores públicos.

(Palmas)

Há claramente uma disputa entre dois projetos - um do povo brasileiro, dos sindicatos autênticos e toda a classe trabalhadora, que visam à justiça social e o desenvolvimento sustentável. E o outro projeto, neoliberal, subalterno aos interesses estrangeiros e ao grande capital, com ótica exclusiva nas chamadas forças de mercado.

Por isso, minha gente, agora mais do que nunca, além de homenagear a luta sindical, precisamos proteger o simbolismo dessa luta que inspira e dá força aos governos populares.

O simbolismo vem da Grécia Clássica, na morfologia da palavra que deu origem a sindicato - ‘*Syndicos*’ -, que significa aquele que defende a justiça Social.

Os senhores e as senhoras são representantes disso, defender trabalhador e trabalhadora, defender a justiça social. Temos o principal, a coragem e a vontade política. E temos o povo, e quem está do lado do povo pode até perder algumas batalhas, mas sabe que no final colherá a sua vitória.

Essa é a razão desta sessão solene da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, agradecer e enaltecer os nossos sindicatos e as categorias por eles representadas, por essa gente que está construindo um Brasil mais justo e mais solidário.

Parabéns, trabalhador e trabalhadora de Blumenau. Parabéns, trabalhador e trabalhadora do estado de Santa Catarina e do nosso país.”

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Neste momento gostaria de agradecer a presença do Sindifisco, aqui representado pelo senhor Eduardo.

Convido o mestre de cerimônias Ailton Viel para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Ailton Viel) - Boa-noite!

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem aos sindicatos representativos dos trabalhadores e trabalhadoras do município de Blumenau, pela sua história de lutas e conquistas, representando os direitos e interesses dos profissionais, na busca pela harmonia e pelo bem-estar dos seus representados, na defesa da valorização e da melhoria de vida da classe trabalhadora da cidade de Blumenau, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento do estado de Santa Catarina.

Convido a excelentíssima senhora deputada Ana Paula Lima para fazer a entrega das homenagens aos homenageados desta noite.

Convido o senhor Osmar Packer, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Gaspar e Indaial, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Moacir Effting, presidente e neste ato representando o sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica da Comunicação Gráfica e Serviços Gráficos de Blumenau e região.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Alberto Francisco Pereira, presidente e neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor José Jovino da Silva, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores em Institutos de Beleza, Cabeleireiros e Similares de Blumenau.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Felipe Rafael Klerinz Braga.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Adilson José Anzileiro, neste ato representando o Sindicato do Vigilantes Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância e Segurança Privada e Orgânica de Blumenau e região.

(Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a homenagem o sr. Paulo Fernando Link, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Blumenau.

(Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a homenagem sra. Lourdes Rodrigues, neste ato representando a Associação das Empregadas Domésticas e Diaristas de Blumenau.

(Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a homenagem a sra. Kátia Hackbart, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Blumenau.

(Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a homenagem a sra. Sílvia Betina Wamser Lindner, coordenadora, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores na Educação da Rede Estadual de Ensino - Regional Blumenau.

(Palmas)

(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Fernandes Júnior, neste ato representando o Sindicato dos Músicos Profissionais de Blumenau.

(Palmas)
(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a homenagem o sr. Carlos Antônio Hohler, presidente, neste ato representando o Sindicato dos Trabalhadores de alimentação, Bebidas, Fumo e Afins de Blumenau.

(Palmas)
(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a homenagem o sr. Eduardo Antônio Lobo, neste ato representando o Sindicato dos Fiscais da Fazenda do estado de Santa Catarina.

(Palmas)
(Procede-se à entrega da homenagem.)

Convido para receber a homenagem o sr. Alan Roberto Ruediger, neste ato representando o Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Crédito do estado de Santa Catarina.

(Palmas)
(Procede-se à entrega da homenagem.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Neste momento convido para fazer uso da palavra a sra. Sílvia Betina Wanser Lindner, do Sinte, representando aqui todos os sindicatos.

A SRA. SILVIA BETINA WANSER LINDNER - Boa-noite a todos e a todas, principalmente aos sindicatos públicos.

Em nome do Sintraseb e do Sinte, quero, em nome de dois sindicatos, agradecer à mesa e ao convite da deputada Ana Paula Lima. Foi com imensa satisfação que aceitei esse convite e viemos para a homenagem, porque a nossa deputada é incansável na luta pelos trabalhadores e pelos sindicatos. E durante os processos, onde tem trabalhador, ela está na luta. Ela nos acompanhou durante a greve de 2011, quando tivemos 62 dias de greve. Ela foi uma das deputadas que esteve presente em todos os movimentos, sempre defendendo os trabalhadores.

Quero contar um pouco a história do Sinte, que tem 30 anos, que tem uma base de 60 mil profissionais da educação. E desde muito a mãe da deputada Ana Paula Lima já é filiada e continua filiada ao Sinte.

Em Blumenau, temos uma base de cinco, seis mil educadores, trabalhadores do Magistério. E a desvalorização do profissional da Educação, tanto no município de Blumenau quanto no governo do estado, a política é a mesma. O governo do estado de Santa Catarina, na greve de 2011, aplicou, sim, a lei do Piso, mas ele acabou com a carreira do Magistério. Hoje, com chamadas públicas, ele coloca na sala de aula qualquer pessoa, mesmo sem habilitação. Então, por que o filho do trabalhador que estuda numa escola pública não merece ter um profissional habilitado? Isso nos deixa indignados e muito triste.

Também não posso deixar de me manifestar sobre o fato de que trabalhador defende trabalhador. Se nós somos eleitos pelas nossas bases é porque nós estamos representando-os. E no movimento de greve do

município de Blumenau nos causou estranheza e muita tristeza quando dois sindicatos de trabalhadores enviaram documento dando apoio ao prefeito de Blumenau. Vamos acordar, pois trabalhador defende trabalhador. Nós temos lado. Então, por favor, reflitam e vamos ver de que lado estamos.

Muito obrigado!
(Palmas)
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, Sílvia, pela sua manifestação.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Ailton Viel) - Sra. deputada Ana Paula Lima, por um lapso, deixamos de convidar a sra. Eleonora Ewald para receber a homenagem. Ela que neste ato representa o Sindicato dos Empregados de Empresas Prestadoras de Serviço, Asseio e Conservação de Blumenau e região.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda em tempo, pedimos escusas a sra. Eleonora, e neste momento fará uso da palavra, representando o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fiação e Tecelagem do município de Blumenau e todos os sindicatos dos trabalhadores, o sr. Osmar Parker.

O SR. OSMAR PARKER - Ao agradecer à deputada Ana Paula Lima, tenho a impressão de que o faço em nome de todos os representantes das entidades de trabalhadores aqui presentes.

Todo o histórico já foi colocado. Hoje sou um feliz por estar aqui. Verificando o rosto de vocês, vejo pessoas que trabalham, que se dedicam e isso faz com que agradeçamos a todos vocês. E, particularmente, ao agradecer a Deputada Ana Paula de Lima, agradeço a vocês, representantes dos sindicatos dos trabalhadores.

Acredito que na comanda que recebemos esteja escrito o que cada entidade fez, a história de lutas e conquistas representando os direitos e interesses dos profissionais, dos trabalhadores na busca pela harmonia e pelo bem estar de seus representados na defesa da valorização e da melhoria da vida da classe trabalhadora da cidade de Blumenau, da nossa região, contribuindo para o desenvolvimento e o fortalecimento do estado de Santa Catarina.

Obrigado pela Assembleia Legislativa reconhecer o trabalho dos senhores e de suas instituições. É um momento de júbilo e alegria, mas passar por este momento e, na realidade, não expressar aqui o repúdio de todas as entidades sindicais de trabalhadores pelas sentenças, pelas decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, através de um dos seus membros, um juiz instado. Ficarmos inertes, não há essa possibilidade. Não nos consta que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina esteja se preparando para a volta dos anos de chumbo, porque para prender dirigente sindical neste momento, 29 de maio de 2014, alguma coisa está errada!

Impedir que os trabalhadores, servidores públicos municipais possam chegar perto do seu local de trabalho, em qualquer instituição pública, a 500m. O que é isso! Onde

está, na realidade, o raciocínio de alguém que deveria sem dúvida nenhuma pugnar cada vez mais pela justiça, dar a esses trabalhadores que estão reivindicando há nove dias o que eles pretendem, pelo menos terem a possibilidade de serem ouvidos pela administração municipal. Por maior respeito que possa ter ao cidadão Napoleão Bernardes, ele foi eleito com uma votação expressiva e hoje essa é a resposta que dá ao cidadão blumenauense. E, mais ainda, tenta dividir através do patronal, com os empregados chegando as nossas portas dizendo: "Meu Deus, não tenho creche! O que eu faço, a empresa vai descontar!"

Ora, ao invés de ir ao município e dar apoio à não negociação, cobrem do sr. prefeito, na realidade, uma ação mais efetiva para dar aos servidores municipais o que eles têm de direito e não coloquem, não façam, com que os trabalhadores tenham que jogar na divisão.

Gente, não nos consta que o Tribunal de Justiça, e há que se repensar essa decisão, volte a fazer conosco o que fez muito recentemente. O maior exemplo nosso foi o que a ditadura fez ao próprio ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando ele foi tirado do comando do seu sindicato. Por quê? Porque atrapalhava a ordem estabelecida.

Que estado de direito é este? Não podemos de maneira nenhuma ficar calados.

Com o pedido de desculpa da nossa presidente Vivian, por não poder estar aqui hoje, mas ela já manifestou expressamente no nosso programa de rádio, no nosso site, o apoio incondicional ao servidor público municipal.

Creche, gente, apesar de todos os problemas, não é obrigação do município, é obrigação do empregador, está lá na CLT. Portanto, não nos venham com essa falácia.

Administrador municipal, sr. prefeito, sente-se e negocie com os servidores municipais.

Tenho a impressão que ao falar dessa maneira faço-o em nome de todas as entidades sindicais.

(Palmas)
Não aos anos de chumbo!
Muito obrigado!
(Palmas)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada!

A Assembleia Legislativa fica honrada em homenagear quem constrói a riqueza do nosso município, da nossa região e do nosso estado, que são os trabalhadores e trabalhadoras e, principalmente, vocês, dirigentes sindicais, que possuem a coragem de fazer as negociações para melhores condições de trabalho, de salário aos nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)
A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Encerramos a presente sessão convocando outra, especial, para terça-feira, às 19h.

Esta encerrada a presente sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 14, de 3 de setembro de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **MARCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, e.e., código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, no mês de setembro do corrente ano, por conta da dotação orçamentária 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, 339014 - Diárias Civil.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente em exercício

*** X X X ***

ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 039-DL, de 2014

O 1º VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Romildo Titon, por um período de trinta dias, a contar de 3 de setembro do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 2 de setembro de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

1º Vice-Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 040-DL, de 2014

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício, em conformidade com o art. 319 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Comissão Especial integrada pelos Senhores Deputados Moacir Sopelsa, Aldo Schneider, Neodi Saretta, Valmir Comin, Carlos Stüpp, Daniel Tozzo e Sandro Silva, com a finalidade de apreciar e aprovar as indicações, para os cargos de Defensor Público-Geral, o Senhor Ivan Cesar Ranzolin, de Subdefensor Público-Geral, o Senhor Sadi Lima e de Corregedor-Geral, o Senhor George Dias Zaccarão.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 3 de setembro de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente, e.e.

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 528, de 18 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

REPOSICIONAR o servidor **SERGIO NEY SANT'ANA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2122, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-45 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tomando sem efeito** o Ato da Mesa nº 255, de 5 de abril de 2010.

Republicado por Incorreção

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 532, de 18 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

REPOSICIONAR a servidora **NEIDE ADALGIZA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1113 ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-47 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-47 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tomando sem efeito** o Ato da Mesa nº 218, de 18 de março de 2010.

Republicado por Incorreção

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 556, de 18 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

REPOSICIONAR o servidor **LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS**, matrícula nº 1912, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-50 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-50 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tomando sem efeito** o Ato da Mesa nº 297, de 1º de outubro de 2009.

Republicado por Incorreção

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 583, de 18 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

REPOSICIONAR a servidora **MARIA APARECIDA ROSA ECKERT**, matrícula nº 2191, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-45 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tomando sem efeito** o Ato da Mesa nº 351, de 19 de outubro de 2006.

Republicado por Incorreção

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 592, de 18 de agosto de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

REPOSICIONAR o servidor **ALTEMIR BEZ**, matrícula nº 2083, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/TEL-46 e **ATRIBUIR** padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 1º de agosto de 2014; **tornando sem efeito** o artigo 2º do Ato da Mesa nº 170, de 1º de fevereiro de 2006.

Republicado por Incorreção

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 622, de 3 de setembro de 2014

Altera o Ato da Mesa nº 159, de 2007, para estabelecer nova estrutura organizacional, no âmbito da Diretoria-Geral da ALESC.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC, no § 3º do art. 58 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e no Anexo III-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º O Anexo Único do Ato da Mesa nº 159, de 15 de agosto de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"ANEXO ÚNICO**DIRETORIA-GERAL****1. ASSESSORIA DA DIRETORIA-GERAL****1.1. Seção de Desenvolvimento Organizacional****1.2. Seção de Despesas Orçamentárias****1.3. Seção de Secretaria****2. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL****2.1. Assistência Técnica de Planejamento****Institucional - Gestão Estratégica**

À Assistência Técnica de Planejamento Institucional - Gestão Estratégica, exercida por servidor titular de cargo de provimento efetivo das carreiras do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa com diploma averbado de nível superior, compete, especialmente:

- coordenar o Escritório de Gestão Estratégica;
- coordenar o Ciclo de Gestão Estratégica e suas atualizações;
- monitorar e divulgar indicadores organizacionais;
- propor diretrizes para o desenvolvimento e a execução do Plano de Comunicação da Estratégia;
- coordenar as Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE);
- propor e disseminar o uso de metodologias e soluções de planejamento e gestão estratégica;
- apoiar a elaboração de planos diretores ou estratégicos setoriais;
- coordenar reuniões intersetoriais de planejamento e avaliação;
- acompanhar os processos organizacionais prioritizados pela administração; e
- acompanhar os programas e portfólio de projetos institucionais do ciclo de gestão prioritizados pela administração.

2.2. Assistência Técnica de Planejamento**Institucional - Gestão de Processos Organizacionais**

À Assistência Técnica de Planejamento Institucional - Gestão de Processos Organizacionais, exercida por servidor titular de cargo de provimento efetivo das carreiras do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa com diploma averbado de nível superior, compete, especialmente:

- coordenar o Escritório de Processos Organizacionais;
- coordenar o ciclo de gestão de processos organizacionais;

- coordenar e divulgar a cultura de processos organizacionais;
- propor a melhoria contínua dos processos organizacionais;
- propor indicadores de desempenho dos processos organizacionais;
- propor a autoavaliação dos processos alinhados com a gestão estratégica;
- subsidiar os planos diretores e estratégicos com informações sobre os processos organizacionais;
- manter o repositório único, integrado e padronizado de processos organizacionais;
- solicitar relatórios sobre indicadores de desempenho dos processos organizacionais; e
- organizar a arquitetura de macroprocessos e processos organizacionais;

2.3. Assistência Técnica de Planejamento Institucional - Gestão de Projetos Institucionais

À Assistência Técnica de Planejamento Institucional - Gestão de Projetos Institucionais, exercida por servidor titular de cargo de provimento efetivo das carreiras do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa com diploma averbado de nível superior, compete, especialmente:

- coordenar o Escritório de Projetos Institucionais;
- coordenar o ciclo de gestão de projetos institucionais;
- coordenar e divulgar a cultura da gestão de projetos institucionais;
- metodizar e acompanhar o desenvolvimento e o desempenho do portfólio, programas e projetos institucionais;
- elaborar relatório de desempenho e andamento de projetos;
- solicitar relatórios sobre andamento de projetos institucionais para gestores de projetos, gestores e fiscais de contratos; e
- apoiar metodologias e soluções de gestão de projetos, programas e portfólios.

2.4. Seção de Organização e Divulgação de Processos, Normatização e Nomenclaturas

a) organizar e divulgar a documentação histórica e atualizada dos processos organizacionais;

b) documentar e divulgar as boas práticas administrativas;

- propor padrões, procedimentos de documentação;
- garantir a atualização dos processos organizacionais, boas práticas, procedimentos, indicadores nos sistemas de informação; e
- revisar e propor padronização das normatizações e nomenclaturas institucionais referentes a procedimentos administrativos e de gestão.

2.5. Assessoria Técnica-Administrativa de Monitoramento de Desempenho Institucional

- apoiar a elaboração e implantação de indicadores de desempenho;
- monitorar, analisar, controlar e relatar resultados dos indicadores de desempenho;
- apoiar a melhoria contínua no monitoramento do desempenho institucional; e
- atualizar as informações estratégicas nos sistemas de informatização.

2.6. Assessoria Técnica-Administrativa de Monitoramento de Desempenho Institucional

- monitorar a execução e o desempenho dos projetos institucionais;
- acompanhar a execução dos projetos institucionais, conforme a metodologia de gestão de projetos;
- atualizar os projetos nos sistemas de informação; e
- atualizar a base de conhecimento sobre gerenciamento de projetos.

....." (NR)
Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 623, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **SUSANA RIGO**, matrícula nº 6575, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-3, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 624, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

NOMEAR SUSANA RIGO, matrícula nº 6575, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-4, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Setembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 625, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MICHELLE CRISTINA TODESCATTO**, matrícula nº 6976, do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-2, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 626, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

NOMEAR MICHELLE CRISTINA TODESCATTO, matrícula nº 6976, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-3, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Setembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 627, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

NOMEAR TATIANI MAGALHAES, matrícula nº 4575, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional de Comunicação, código PL/AOC-2, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Setembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 628, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta da Carta de Renúncia s/nº,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos do Ato da Mesa nº 375, de 4 de julho de 2014, que concedeu licença para concorrer a cargo eletivo ao servidor, **GERVÁSIO PAULI**, matrícula nº 1562, a contar de 1º de setembro de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 629, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.*

DESIGNAR o servidor **JOÃO FELIPE DE NOVAIS**, matrícula nº 7523, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2014 (DA - Coordenadoria de Recursos Materiais).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 630, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1553, da função de Chefia de Seção - Desenvolvimento de Projetos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2014 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 631, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.*

DESIGNAR o servidor **ANTONIO VITOR ULRICH**, matrícula nº 7204, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção - Desenvolvimento de Projetos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2014 (DG - Diretoria Geral).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 632, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1553, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2014 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Art. 2º - Por ter estabelecido função de confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 633, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, da função Assessoria Técnica Administrativa - Apoio e Planejamento de Eventos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de setembro de 2014 (CGP - CE - Gerência Cultural).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 634, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR o servidor **ENIO RUBEM LUCCA JUNIOR**, matrícula nº 6320, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional -, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2014 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 635, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **RENATO HERCILIO BERTOLDI**, matrícula nº 936, da função de Assessoria técnica-administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2014 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 636, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **RENATO HERCILIO BERTOLDI**, matrícula nº 936, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Operacional, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2014 (CGP - Chefia de Gabinete da Presidência).

Art. 2º - Por ter estabelecido função de confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 637, de 3 de setembro de 2014

Altera a Resolução nº 613, de 1981, que Instituiu o Prêmio "Assembleia Legislativa".

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 613, de 27 de novembro de 1981, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 1º** Fica instituído o Prêmio "Mérito Intelectual Assembleia Legislativa", conferido pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ao aluno melhor classificado na área de Ciências Humanas e Sociais dos Cursos de Formação de Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. (NR)

Art. 2º O Prêmio constitui-se de Placa de Homenagem, elaborada conforme as especificações do Anexo Único deste Ato da Mesa. (NR)

Art. 3º A Coordenadoria de Informações manterá os contatos necessários com as instituições referidas no art. 1º para a obtenção dos nomes dos premiados. (NR)

....."
Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

ANEXO ÚNICO

A Placa de Homenagem referida no art.2º deste Ato da Mesa, tem as seguintes especificações: em aço inox escovado fotografada 17x27cm, espessura 0,8mm com moldura de acrílico cristal 30cmx20cm, espessura 0,8mm, aplicação de brasão em latão fotografado 0,8mm sobreposto em marca d'água 4x0 cores no fundo de aço. Estojo com forração em veludo com berço para acrílico.

Serão gravados na Placa os nomes do Prêmio, do aluno melhor classificado, do Curso de Formação (Oficiais, Sargentos, Cabos ou Soldados) e da respectiva instituição (Polícia Militar de Santa Catarina ou Corpo de Bombeiros Militar), a data da formatura e o texto abaixo:

"Em mérito ao reconhecimento, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem o orgulho de congratulá-lo pela galhardia e distinção ao obter a melhor classificação na área de Ciências Humanas e Sociais do Curso de Formação de _____ (escrever a respectiva patente na linha pontilhada - Oficiais/Sargentos/Cabos ou Soldados) da/o _____ (escrever a respectiva corporação na linha pontilhada - Polícia Militar de Santa Catarina ou Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina)."

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 638, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º INCLUIR na Comissão Especial constituída pelo Ato da Mesa nº 308, de 2 de junho de 2014, a servidora **THAMIRIS RAPOSO SILVA LITRAN DOS SANTOS**, matrícula nº 7229, em substituição ao servidor CARLOS ANTONIO DOS SANTOS, matrícula nº 694, que solicitou seu afastamento.

Art 2º DESIGNAR como Coordenador da referida Comissão Especial o servidor **LUIZ HENRIQUE BELLONI FARIA**, matrícula nº 633.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 639, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1628/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **THESSALIA MAY RODRIGUES**, matrícula nº 1429, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 45% (quarenta e cinco por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5 mediante substituição do percentual anteriormente conquistado de 5% dos 60% do valor da função de Adjunto de Serviço, código PL/CAS-2, atualmente correlacionado ao de nível PL/FC-3, concedido por meio da Resolução nº 1185, de 13/6/1991, totalizando 100% (cem por cento).

b) 40% (quarenta por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da Função de Confiança, código PL/FC-6, totalizando 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança e a contar de 17 de julho de 2014 referente a Gratificação de Exercício, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 640, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1549/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ANA LUCIA COELHO MIGNONI BOTELHO**, matrícula nº 1104, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-67, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 46,67% (quarenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5; e 22,50% (vinte e dois vírgula cinquenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, mediante substituição da estabilização precedente, concedida através do Ato da Mesa nº 136, de 3/4/2012, totalizando 69,17%(sessenta e nove vírgula dezessete por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 641, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 214/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **CELIO CESAR DA SILVA**, matrícula nº 844, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 1,66%(um vírgula sessenta e seis por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, que adicionado aos 58,34% (cinquenta e oito vírgula trinta e quatro por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, concedido pelo Ato da Mesa nº 362/2013, de 22/5/2013; 20% (vinte por cento) do valor da Função de Assistente de Gabinete da Mesa, código PL/CAS-2, concedido pela Res. nº 984/88, de 24/11/1988 e 20% (vinte por cento) do valor da função de Assistente de Serviços Técnicos, código PL/CAS-4, concedido pela Res. nº 143, de 23/1/1989, atualmente correlacionados com a de nível PL/FC-3, totalizam 100%(cem por cento).

b) 8,34%(oito vírgula trinta e quatro por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da Função de Confiança em Comissão Legal, código PL/FC-3, que adicionado aos

1,66%(um vírgula sessenta e seis por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança, código PL/FC-6, concedido pelo Ato da Mesa nº 362, de 22/5/2013, totalizando 10%(dez por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança e a contar de 7 de fevereiro de 2014 referente a Comissão Legal, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 642, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0871/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ANGELA MARIA BACK KOERICH**, matrícula nº 2038, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 80% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 que adicionado aos 20% (vinte por cento) do valor da função de Assistente Legislativo, código PL/CAS-4, atualmente correlacionado com a de nível PL/FC-3, concedido pela Resolução nº 1065/1994, de 30/6/1994, totalizam 100%(cem por cento)

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 643, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 665/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **DULCE MARIA DA COSTA FARIA**, matrícula nº 1914, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-49, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 21,67%(vinte e um vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, que adicionado aos 38,30% (trinta e oito vírgula trinta por cento) do valor da função de Chefe de Setor, código PL/CAS-3 e 1,70% (um vírgula setenta por cento) do valor da função de Chefe de Seção, código PL/CAS-4, atualmente correlacionados com a de nível PL/FC-3, concedido pela Resolução nº 1093/91, de 28/5/1991; 21,67% (vinte e um vírgula sessenta e sete por cento) da diferença do valor do vencimento de seu cargo efetivo e do cargo em comissão de Coordenador, código PL/DAS-6; e 16,66%(dezesesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3 concedidos pelo Ato da Mesa nº 186, de 4/4/2013, totalizam 100%(cem por cento).

b) **MANTER** 21,67% (vinte e um vírgula sessenta e sete por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança, código PL/FC-6, concedido pelo Ato da Mesa nº 186, de 4/4/2013, totalizando 21,67%(vinte e um vírgula sessenta e sete por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar de 20 de março de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 644, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1501/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **EDMILSON MATTOS**, matrícula nº 1505, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-30, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 2,50%(dois vírgula cinquenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5; 16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3; e 20,83% (vinte vírgula oitenta e três por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-2, que adicionado aos 58,30% (cinquenta e oito vírgula trinta por cento) do valor da função de Adjunto de Serviço, código PL/CAS-2 e do valor da função de Chefe de Seção, código PL/CAS-4, atualmente correlacionados com a de nível PL/FC-3, concedido pela Resolução nº 905/91, de 2/5/1991, totalizam 100%(cem por cento).

b) 30%(trinta por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da Função de Confiança em Comissão Legal, código PL/FC-3, totalizando 30%(trinta por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança e a contar de 7 de julho de 2014 referente a Comissão Legal, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 645, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1179/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 c/c art. 20 incisos II e IV da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e observada a Resolução nº 002/2004,

Art. 1º CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a:

a) 2,50%(dois vírgula cinquenta por cento) da diferença do valor do vencimento do seu cargo efetivo e seu cargo em comissão, código PL/DAS-6; e 57,50% (cinquenta e sete vírgula cinquenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3; que adicionado aos 40% (quarenta por cento) da função de Assistente Parlamentar, código PL/CAS-4, atualmente correlacionado com a de nível PL/FC-3, concedido pela Resolução nº 1126/91, de 28/5/1991, totalizam 100%(cem por cento).

b) 1,67%(um vírgula sessenta e sete por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da função de confiança, código PL/FC-6; e 98,33%(noventa e oito vírgula trinta e três por cento) da gratificação de exercício correspondente ao valor da Função de Confiança em Comissão Legal, código PL/FC-3, totalizando 100% (cem por cento).

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia financeira a contar do Ato de dispensa da função de confiança e da Comissão Legal, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 646, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1863/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder, e com base na Súmula nº 473, de 3 de dezembro de 1969, do STF e parecer da Procuradoria Jurídica no Processo nº 1739/2013,

ATRIBUIR ao servidor **VALTER CLEMENTINO PEREIRA**, matrícula nº 1084, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-46, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 18 de agosto de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 647, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1799/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **BERNADETE CARLESSI**, matrícula nº 1558, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-70, a contar de 1º de agosto de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 648, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1794/2014,

RESOLVE: com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **IZAURO LUIZ PEREIRA**, matrícula nº 2091, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, a contar de 30 de julho de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 649, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1807/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47, de 5 de julho de 2005,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **IWANA LUCIA LENTZ**, matrícula nº 1437, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, a contar de 1º de agosto de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 650, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1800/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o §19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **CRISTIANI LUCHI SILVEIRA**, matrícula nº 1502, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, a contar de 1º de agosto de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 651, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2949/2012 e Portaria 177/2014-SEA,

RESOLVE: com fundamento no art. 85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 1985, c/c a Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009 c/c o Ato da Mesa nº 315, de 19 de maio de 2010, deste Poder,

CONCEDER ao servidor **RICARDO VALERIO ORIANO**, matrícula nº 1228, lotado na DTI - CSM - Gerência de Suporte Técnico e Manutenção, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, **Gratificação de Insalubridade** correspondente à execução de atividade insalubre de grau médio - 30% (trinta por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de Nível Médio, com eficácia financeira a contar de 26 de maio de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 652, de 3 de setembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1810/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o art. 6ºA da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, acrescido da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012; observados os parâmetros do art. 7º da Lei Complementar nº 412/2008,

CONCEDER APOSENTADORIA por invalidez permanente, ao servidor **GILSON RIBEIRO**, matrícula nº 2030, no cargo de Técnico Legislativo/ habilitação Nível Médio/Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de setembro de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, em exercício
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2014.

Às nove horas do dia cinco de agosto do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, Jean Kuhlmann, José Nei Ascari, Mauro de Nadal, Narcizo Parisotto, Neodi Saretta e Silvio Dreveck. O **Deputado Narcizo Parisotto** relatou o Projeto de Lei nº 0209.5/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0109.2/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0127.4/2014, exarou parecer pela rejeição da proposta que, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete a deputada Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 0207.3/2014, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0117.2/2014 exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0192.2/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0196.6/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0206.2/2014, exarou requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei nº 0210.9/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** relatou o Projeto de Lei nº 0418.1/2013, exarou parecer favorável com Emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Sílvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0180.9/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0144.5/2014, exarou parecer favorável com Emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Ofício nº 0309.4/2009, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, Ofício nº 0287.4/2014, exarou parecer favorável ao apensamento ao Projeto de Lei nº 0170.7/2014, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0202.9/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o Projeto de Lei nº 0212.0/2014, exarou parecer favorável a matéria que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei nº 0204.0/2014, exarou

requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 05 de agosto de 2014

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS DO DIA 6 DE AGOSTO DE 2014.

Às dez horas e trinta minutos do dia seis de agosto do ano de dois mil e quatorze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores (as) Deputados: Aldo Schneider, Daniel Tozzo em substituição ao deputado Jean Kuhlmann, Maurício Eskudlark em substituição ao deputado José Nei Ascari, Mauro de Nadal, Neodi Saretta, Valmir Comin em substituição ao deputado Sílvio Dreveck. Aberto os trabalhos, o presidente relatou a Medida Provisória nº 00196/2014, exarando parecer favorável com Emenda(s) Supressiva(s) que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 6 agosto de 2014

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1762, de 3 de setembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LEONARDO MATOS LEMES**, matrícula nº 6872, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Setembro de 2014 (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1763, de 3 de setembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JERUSA SCHAUFFLER LEHMKUHL,

matrícula nº 5198, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Setembro de 2014 (Gab Dep Edison Andrino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1764, de 3 de setembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LORENE BASTOS FLORES, matrícula nº 5168,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-71, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Setembro de 2014 (Gab Dep Edison Andrino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1765, de 3 de setembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PAULO DE SOUZA GUIMARÃES, matrícula nº

6910, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Sandro Daumiro da Silva - Pescaria Brava).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1766, de 3 de setembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Nilso José Berlanda, para o gabinete do Deputado Romildo Titon, a contar de 31 de agosto de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
3001	LISSANDRA DUWE PASETTO	PL/GAB-85
3675	ROGERIO BATISTA RIBEIRO	PL/GAB-37
3800	ANICETO ADELINO DUTRA	PL/GAB-69
4282	LEONEDE CRESTANI	PL/GAB-49
4573	DIANA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	PL/GAB-55
5847	FATIMA APARECIDA BERNARDI	PL/GAB-68
6753	ELIANA CAPELLARI	PL/GAB-36
7007	JACSON LUDVIG BRUGGER	PL/GAB-60
7086	WILSON YUJI GOTO JUNIOR	PL/GAB-75
7202	MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN	PL/GAB-19
7283	ÉDER MESQUITA	PL/GAB-68

7324	DOUGLAS ANTÔNIO FANTIN	PL/GAB-69
7419	ROBERTA NOROSCHNY SCHIESSL	PL/GAB-68
7653	HENRIQUE SECCON	PL/GAB-37
7666	MILTON DONIZETE BARCELOS JUNIOR	PL/GAB-75
7671	MARCELO BOHRER DE ALMEIDA	PL/GAB-42
7672	LEONARDO DRABCYNSCHI VENTURA	PL/GAB-66
7674	FABIANE BECKER BONOTTO	PL/GAB-33

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1767, de 3 de setembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR os servidores abaixo relacionados no gabinete do Deputado Romildo Titon, a contar de 31 de agosto de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
9201	JERONIMO HAROLDO SANTANA
565	ADAURI PAULO SCHMITT

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1768, de 3 de setembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **ADAURI PAULO SCHMITT**, matrícula nº 565, do gabinete do Deputado Nilso José Berlanda para o gabinete do Deputado Romildo Titon, a contar de 31 de agosto de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1769, de 3 de setembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 31 de agosto de 2014.

Gab. Dep. Romildo Titon

Matrícula	Nome	Cidade
3800	ANICETO ADELINO DUTRA	ANITA GARIBALDI
4573	DIANA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	CAMPOS NOVOS
7324	DOUGLAS ANTÔNIO FANTIN	FRAIBURGO
7283	ÉDER MESQUITA	CORREIA PINTO
6753	ELIANA CAPELLARI	VIDEIRA
7007	JACSON LUDVIG BRUGGER	TREZE TILIAS
7672	LEONARDO DRABCYNSCHI VENTURA	FLORIANÓPOLIS
4282	LEONEDE CRESTANI	VIDEIRA
7202	MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN	SÃO JOSÉ
7671	MARCELO BOHRER DE ALMEIDA	FLORIANÓPOLIS
7666	MILTON DONIZETE BARCELOS JUNIOR	FLORIANÓPOLIS
7419	ROBERTA NOROSCHNY SCHIESSL	JOINVILLE
3675	ROGERIO BATISTA RIBEIRO	SÃO JOSÉ DO CERRITO
7086	WILSON YUJI GOTO JUNIOR	FLORIANÓPOLIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0003.6/2014

Concede licença ao Governador do Estado.

Art. 1º Fica concedida licença ao Governador do Estado para interromper o exercício de suas funções, durante o período de 1º de setembro a 5 de outubro de 2014, sem ônus para o erário, em razão das eleições em curso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 02/09/2014
Deputado Marcos Vieira
Relator
*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0004.7/2014

Concede licença ao Vice-Governador do Estado.

Art. 1º Fica concedida licença ao Vice-Governador do Estado para interromper o exercício de suas funções, durante o período de 1º de setembro a 5 de outubro de 2014, sem ônus para o erário, em razão das eleições em curso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 02/09/2014
Deputado Marcos Vieira
Relator
*** X X X ***

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO Nº PEC/0002.0/2014

Altera a redação do CAPÍTULO VII, da Seção II e da Seção IV do Título IX da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A denominação do CAPÍTULO VII do Título IX da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO VII

Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem, do Idoso e da Pessoa com Deficiência." (NR)

Art. 2º A SEÇÃO II do CAPÍTULO VII do Título IX da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"SEÇÃO II

Da criança, do adolescente e do jovem

Art. 187. O Estado assegurará os direitos da criança, do adolescente e do jovem previstos na Constituição Federal.

§ 1º O Estado, isoladamente ou em cooperação, manterá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas respeitado a aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

§ 2º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

- I - respeito aos direitos humanos;
- II - auto aplicabilidade;
- III - preservação da vida privada na família, no domicílio e na ocorrência de intromissões arbitrárias e ilegais;
- IV - expressão livre de opinião;
- V - atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas;
- VI - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins;
- VII - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;
- VIII - juizado com especialização e competência exclusiva nas comarcas de mais de cem mil habitantes, com plantões permanentes, inclusive de juiz, promotor e advogado;
- IX - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;
- X - estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica gratuita, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

XI - processo administrativo ou judicial sigiloso para proteção da intimidade para crianças e adolescentes;

XII - alternativas educacionais para crianças e adolescentes carentes; e

XIII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 3º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 4º A lei estabelecerá, assegurada a participação dos jovens, o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens e o plano estadual de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas, observados os princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do Estado;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Art. 188. O Estado criará e manterá organismos estruturados para dar cumprimento às ações de atendimento à criança e ao adolescente.

§ 1º A criança ou o adolescente infrator ou de conduta social irregular será, prioritariamente, atendido no âmbito familiar e comunitário.

§ 2º A medida de internação será aplicada como último recurso, malgrado os esforços de outras alternativas, e pelo menor espaço de tempo possível.

§ 3º A criança e o adolescente internados em estabelecimento de recuperação oficial receberão proteção, cuidados e assistência social, educacional, profissional, psicológica, médica e jurídica.

§ 4º A internação em estabelecimento de recuperação dependerá de processo legal e técnico e será restrita aos casos previstos em lei.

§ 5º Em toda e qualquer situação infracional ou de desvio de conduta, se necessário, a criança ou o adolescente serão encaminhados para centros exclusivos de recolhimento provisório e, excepcionalmente, permanecerão em dependências de delegacias ou cadeias públicas.

§ 6º Sempre que internados em estabelecimento de recuperação, a criança e o adolescente serão mantidos separados dos adultos infratores.

§ 7º A escolarização e a profissionalização de crianças ou adolescentes serão obrigatórias, inclusive em instituições fechadas, sempre que não for possível a frequência às escolas da comunidade.

§ 8º A lei garantirá ao aprendiz deficiente os direitos previdenciários e trabalhistas durante o período de treinamento." (NR)

Art. 3º A SEÇÃO IV do CAPÍTULO VII do Título IX da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"SEÇÃO IV

Da pessoa com deficiência

Art. 190. O Estado assegurará as pessoas com deficiência os direitos previstos na Constituição Federal.

§ 1º O Estado, isoladamente ou em cooperação, manterá programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação destinados a assistência a pessoa com deficiência, observado os princípios:

- I - respeito aos direitos humanos;
- II - promoção da autonomia e emancipação da pessoa com deficiência;
- III - tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito;
- IV - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

V - não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

VI - exprimir livremente sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade e maturidade;

VII - atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 191. Cabe ao Estado a formulação e a execução da política de atendimento à saúde garantida a participação das pessoas com deficiência, de modo a garantir a prevenção de doenças ou condições que favoreçam o seu surgimento, assegurando aquele segmento o direito a habilitação e a reabilitação com todos os recursos necessários.

Parágrafo único. As pessoas portadoras de deficiências profundas terão assistência em instituições em regime de internato ou semi-internato." (NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/14

Deputada Angela Albino
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Maurício Eskudlark
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Neodi Saretta
Deputado Reno Caramori
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Volnei Morastoni
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Ciro Roza
Deputado Daniel Tozzo
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Valmir Comin
Deputado Mauro de Nadal
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Renato Hinnig
Deputado Reno Caramori
Deputado Sandro Silva
Deputado Edison Andriano

JUSTIFICATIVA

Objetiva a presente Proposta de Emenda Constitucional atender a uma justa reivindicação dos movimentos juvenis de inserir o termo "jovem" no CAPÍTULO VII do Título IX da Constituição do Estado de Santa Catarina, que trata da Proteção Especial, a exemplo do que já ocorre com as crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiências, bem como atender a justa reivindicação de pessoas portadoras com deficiência assegurando a sua participação na formulação de programas e políticas que visem a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

No que tange a inserção do termo "jovem" na Constituição Estadual visa atender uma das mais importantes bandeiras defendidas na 1ª Conferência Nacional de Juventude que mobilizou cerca de 400 mil pessoas em todo o país, com a participação de mil municípios.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE indicam que, em 2010, havia no estado de Santa Catarina em torno de 1.677.721 jovens entre 15 e 29 anos e considerando o disposto no comando insculpido no parágrafo único do art. 1º da Carta da República que prescreve que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.

Considerando ainda que o aprimoramento da democracia exige que o Estado assumira relevante papel de indutor e de principal ator na construção de políticas públicas que propiciem aos cidadãos, entidades e movimentos da sociedade civil a participar e influenciar na definição de políticas públicas.

Entendemos que a presente inserção ao assegurar a participação dos jovens na formulação de uma política estadual de juventude bem como as pessoas portadoras de deficiência na formulação de programas e projetos específicos, propicia ao Estado avançar e consolidar o espírito republicano da Constituição Federal por reconhecer e ampliar espaços de participação direta da sociedade na formulação de políticas públicas, tais pessoas são sujeitos de direitos e, portanto, demandam políticas públicas específicas, portanto nada mais justo que assegurar a participação de pessoas interessadas na formulação destas políticas

Desse modo, considerando a sintonia formal e material com os ditames das normas superiores do ordenamento jurídico nacional e

estadual, solicitamos aos nobres Deputados e Deputadas desta Casa a rápida tramitação e aprovação da Proposta de Emenda a Constituição.

Sala das sessões, em
Deputada ANGELA ALBINO
Deputado Pe. Pedro Baldissera
Deputado Maurício Eskudlark
Deputada Ana Paula Lima
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Neodi Saretta
Deputado Reno Caramori
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Volnei Morastoni
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Ciro Roza
Deputado Daniel Tozzo
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Valmir Comin
Deputado Mauro de Nadal
Deputado José Milton Scheffer
Deputado Renato Hinnig
Deputado Reno Caramori
Deputado Sandro Silva
Deputado Edison Andriano

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 230.2/2014

Altera a Lei nº 8.399, de 1991, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural e Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí.

Art. 1º A Lei nº 8.399, de 12 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, com sede no município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Silvio Dreveck

Lido no Expediente

Sessão de 02/09/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo que visa alterar a Lei nº 8.399, de 12 de novembro de 1991, que declara de utilidade pública a Sociedade Cultural e Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí, em razão da mudança de denominação da entidade, o que é demonstrado nos documentos anexos.

Solicito aos nobres colegas Parlamentares a aprovação deste projeto de lei, para cumprimento do art. 5º da Lei nº 15.125, de 2010, que dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual.

Deputado Silvio Dreveck

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 231.3/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Segurança Pública (ACSP) de Capinzal.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Segurança Pública (ACSP) de Capinzal.

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
Sessão de 02/09/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação Comunitária de Segurança Pública (ACSP) de Capinzal, tendo como objetivo principal a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, cooperar com os órgãos competentes, atuando com representante da sociedade junto às autoridades atuantes no setor de segurança pública, objetivando somar esforços no sentido de alcançar e manter uma sociedade junto às autoridades atuantes no setor de segurança pública, objetivando somar esforços no sentido de alcançar e manter uma sociedade justa, democrática, que produza ações com respeito pleno aos princípios basilares da dignidade da pessoa humana e da cidadania.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 232.4/2014

Estabelece a gratuidade, na travessia por *ferryboats* e balsas, para as ambulâncias do SAMU, dos Bombeiros e outros veículos das unidades de saúde pública destinados ao transporte de pacientes.

Art. 1º Fica assegurada a gratuidade, na travessia por *ferryboats* e balsas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, para:

I - ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);

II - ambulâncias dos Bombeiros; e

III - outros veículos de uso das unidades de saúde pública destinados ao transporte de pacientes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Lido no Expediente
Sessão de 02/09/14

Deputado Jean Kuhlmann

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento o presente projeto de lei, que tem por escopo estabelecer a gratuidade na travessia por *ferryboats* e balsas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, para ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), ambulâncias dos Bombeiros e outros veículos das unidades de saúde pública destinados ao transporte de pacientes.

Partindo da premissa de que a saúde é um dever do Estado, a proposta justifica-se em razão das dificuldades de atendimento aos pacientes na rede pública de saúde, em seus municípios de residência, sendo o transporte rodoviário o meio comumente utilizado para a prestação desses serviços de assistência. A redução nos custos desses serviços é o objetivo final desta proposição.

Por todo o exposto, em prol da saúde da sociedade e da economia de recursos públicos, peço o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 233.5/2014

Declara de utilidade pública a entidade Associação Beneficente e Assistencial "Sarando Terras" de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Associação Beneficente e Assistencial "Sarando Terras" com sede no município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do artigo 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Lido no Expediente
Sessão de 02/09/14

Deputado Manoel Mota

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a instituição Associação Beneficente e Assistencial "Sarando Terras", com sede no município de Itajaí.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão de "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação de regência da espécie.

Trata-se de entidade que vem empreendendo no município de Laguna, relevantes atividades. Não possui fins lucrativos ou econômicos, e visa, entre seus importantes objetivos, promover, patrocinar e apoiar atividades sociais, buscando dessa forma a integração de toda a comunidade.

Através de seus objetivos, de elevada importância, destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunidade da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 234.6/14

Denomina de Heriberto Barzan a Rodovia SC-100, trecho: início balsa/Km 0 (zero) com final no Km 15,9, município de Laguna.

Art. 1º Fica denominada de Heriberto Barzan a Rodovia SC-100, trecho: início balsa/Km 0 (zero) com final no Km 15,9, município de Laguna.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente
Sessão de 02/09/14

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora apresento à consideração dos nobres Pares visa atribuir a denominação Heriberto Barzan ao trecho da rodovia SC-100, compreendido entre a balsa/Km 0 (zero) até o Km 15,9, município de Laguna.

O homenageado Heriberto Barzan, filho de Antônio Barzan e Maria Clara Remor Barzan. Era casado com Maria Teresa Teixeira Barzan, com quem teve os filhos Beatriz, Ana Lucia, Denise e Gustavo. Nasceu em Laguna no ano de 1935.

No âmbito de suas atividades políticas, foi vereador em Laguna por 5 (cinco) legislaturas, sendo em uma delas, presidente da Câmara Municipal, tendo assumido interinamente o cargo de prefeito.

Atuou na cidade de Laguna com exportação de farinha de mandioca, onde mantinha escritório com grande movimentação no mercado. Foi um dos fundadores e proprietário do Restaurante Caiçara, um dos mais tradicionais e mais antigos da Praia do Mar Grosso. Juntamente com sua família, exercia o comércio de combustíveis.

Assim, deixou sua marca, pela sua força de vontade, pelo seu denodo e espírito comunitário e pela constante preocupação com os menos favorecidos, executando inúmeras obras em benefício não só da população de Laguna, mas de toda a região dos lagos.

Faleceu em 2013, deixando aos seus familiares e a população o testemunho de um cidadão ativo, trabalhador e extremamente dedicado.

Diante do exposto, peço a aprovação da proposição por esta casa Legislativa.

Deputado Manoel Mota

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 235.7/2014

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Biguá-Açu, de Biguaçu.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Escoteiro Biguá-Açu, com sede no Município de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 02/09/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de Lei, que visa declarar de utilidade pública o Grupo Escoteiro Biguá-Açu, de Biguaçu.

A entidade tem como finalidade a organização para a prática do escotismo, como força educativa, formativa e cultural complementar de cada sócio beneficiário.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que o Grupo Escoteiro Biguá-Açu usufrua

das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

Deputado Marcos Vieira

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 236.8/2014

Altera o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.262, de 2007, que Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais, para isentar da referida Taxa os órgãos da administração direta do Estado, bem como os hospitais e ambulatórios públicos ou que tenham finalidade filantrópica.

Art. 1º O parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.262, de 21 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

Parágrafo único. O pagamento da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos órgãos da administração direta do Estado, bem como dos hospitais e ambulatórios públicos ou que tenham finalidade filantrópica." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2014.

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 02/09/14

JUSTIFICATIVA

O Parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.262, de 21 de dezembro de 2007, estabeleceu que o pagamento da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos órgãos da administração direta do Estado.

O Decreto Estadual nº 1.528, de 2 de agosto de 2000, que dispensava de pagamento de licença ambiental a implantação de hospitais e ambulatórios da rede pública, ou com finalidade filantrópica, foi revogado pelo Decreto Estadual nº 3.581, de 7 de outubro de 2005, que, por sua vez, foi revogado pelo Decreto Estadual nº 4.057, de 24 de fevereiro de 2006.

Todos nós sabemos que uma profunda crise tem atingido a rede de saúde de Santa Catarina, que se prolonga com a evidente falta de recursos financeiros e desemboca no inaceitável fechamento de leitos e serviços estratégicos nas emergências e no atendimento de média e alta complexidade.

Vale lembrar que as transferências de recursos financeiros federais são inviabilizadas, devido à existência de dívidas em relação ao pagamento das Taxas de Prestação de Serviços Ambientais.

Não há dúvidas de que os maiores prejudicados, os cidadãos catarinenses, vão ficando à margem de nosso Sistema Público de Saúde criado sob os alicerces da universalidade e equidade.

Dessa forma, para sanar a falha apontada, sugere-se aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Marcos Vieira

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 237.9/2014

Declara de utilidade pública a Organização Defensora de Animais de Balneário Gaivota - ODABG.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização Defensora de Animais, com sede no município de Balneário Gaivota.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo 1º, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 02/09/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Entidade denominada Organização Defensora de Animais, com sede no município de Balneário Gaivota.

Destaca-se a relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que é sem fins econômicos, pois possui a finalidade precípua de ajudar aos animais de qualquer espécie, abandonados, mal tratados e doentes no município de Balneário Gaivota e região.

A entidade mantém serviço de recuperação, recolhimentos dos animais abandonados, vacinação, castração, trato, resgate, realiza feiras e faz os encaminhamentos para internação às famílias aptas para receber a doação dos animais.

Assim, com a juntada dos documentos em anexo, por conseguinte, solicito aos Nobres Pares o apoio e acolhimento da presente proposição para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 238.0/2014

Denomina Centro Poliesportivo Ludwig Xavier Schramm o Ginásio de Esportes da E.E.B. Frei Godofredo, no Município de Gaspar.

Art. 1º Fica denominado Centro Poliesportivo Ludwig Xavier Schramm o Ginásio de Esportes da E.E.B. Frei Godofredo, no Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Paulo França

Lido no Expediente

Sessão de 02/09/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar Centro Poliesportivo Ludwig Schramm o Ginásio de Esportes da E.E.B. Frei Godofredo, no Município de Gaspar.

A presente proposta visa homenagear o senhor Ludwig Xavier Schramm, cidadão atuante no Município de Gaspar, que trabalhou na Escola Ivo D'Aquino e, depois, no Colégio Frei Godofredo até sua aposentadoria, aos 70 anos de idade.

O homenageado prestou serviços de manutenção. Participou durante muitos anos da Banda São Pedro e do Coral Santa Cecília, do qual foi um dos fundadores.

Ludwig Schramm foi um dos incentivadores e fundadores do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Gaspar e participou por mais de 50 anos da Conferência Vicentina de Gaspar, desde a sua fundação em 1952. Esse envolvimento com a sociedade foi marca de uma vida dedicada a ajudar o próximo.

Em 2004, foi um dos descendentes alemães homenageados pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por ocasião dos 180 anos de imigração alemã no Brasil.

Ludwig Schramm gostava de esportes, e por muitos anos, foi jogador do Clube Atlético Tupi de Gaspar.

Nesse sentido, com esses argumentos que poderiam ser mais amplos e generosos, encaminho aos nobres Pares o presente projeto de lei para análise e apreciação.

Deputado Paulo França

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 239.0/2014

Denomina Centro Poliesportivo Adolfo Soares o Ginásio de Esportes da E.E.B. Ivo D'Aquino, no Município de Gaspar.

Art. 1º Fica denominado Centro Poliesportivo Adolfo Soares o Ginásio de Esportes da E.E.B. Ivo D'Aquino, no Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Paulo França

Lido no Expediente

Sessão de 02/09/14

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar Centro Poliesportivo Adolfo Soares o Ginásio de Esportes da E.E.B. Ivo D'Aquino, no Município de Gaspar.

A presente proposta visa homenagear o senhor Adolfo Soares, cidadão atuante no Município de Gaspar. Filho de Augusto Pantaleão Soares e Maria Cristina Soares.

O Homenageado trabalhou como eletricista na CELESC, participando da construção da Escola de Educação Básica Ivo D'Aquino, onde atuava voluntariamente nos eventos para arrecadar fundos para manutenção daquela unidade escolar, prestando, ainda, relevantes serviços para a comunidade Gasparense.

Adolfo Soares também participou ativamente da construção e manutenção da Escola Olímpio Moretto, localizada no Bairro Gaspar Grande, e foi um dos idealizadores do Centro de Desenvolvimento Infantil Vovó Benta.

Nesse sentido, com esses argumentos que poderiam ser mais amplos e generosos, encaminho aos nobres Pares este projeto de lei para análise e apreciação.

Deputado Paulo França

*** X X X ***